



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 03

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
25 de Abril de 2020



Assembleia Municipal

ACTA N.º 3

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte, realizou-se por vídeo-conferência, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Manuel Augusto Simões Rodrigues, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----
-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Miguel Sérgio Dias, em substituição de Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes, Elisabete Simões Oliveira, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Tamára Alexandre Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Mário Rui Adrião Gonçalves e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----
-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes da Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida e Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, Mário Pereira Gonçalves, Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça e Presidenta da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----



Assembleia Municipal

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que, uma vez que não havia registo de entrada de expediente, iria proceder-se à votação das actas.-----

1 - Discussão e votação da Acta da Sessão Extraordinária nº 1, realizada no dia 11 de Janeiro de 2020 e da **Acta da Sessão Ordinária nº 2**, realizada no dia 15 de Fevereiro de 2020.-----

-----Não havendo registo de intervenções, a acta nº 1 e a acta nº 2 de 2020 foram aprovadas por unanimidade de 31 votos.-----

2 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “no contexto em que decorre esta Assembleia, que decorre num dia importante, o dia da Liberdade, o dia em que foi implantada a Democracia em Portugal, dia 25 de Abril, é também simbólico que a Assembleia se realize neste dia e, apesar de estarmos distantes, do ponto de vista físico, estamos próximos e concentrados naquilo que são os superiores interesses do concelho. Adelino da Palma Carlos, um antigo Primeiro-Ministro, dizia que “a Democracia não se conquista, talvez mesmo não se construa, a Democracia vive-se” e é, de facto, nesse espírito de liberdade e democracia que participamos nesta Assembleia Municipal. Queria fazer uma saudação ao 25 de Abril e saudar todos os senhores membros da Assembleia Municipal, o executivo camarário e todos aqueles que nos estão a acompanhar. É uma data histórica que deve ser assinalada, este ano com estas contingências, não pode ser assinalada da mesma forma como o fazemos habitualmente, de todo o modo, julgo que é também uma forma de homenagear o 25 de Abril, realizando esta Assembleia Municipal.-----

-----Queria também dar nota de que recebi, da parte da senhora deputada Maria José Silva um texto sujeito aos contributos das diferentes bancadas, relativo a um tema que me parece importante, que é o tema da Mini-Hídrica do Alva. Não obstante



Assembleia Municipal

ter enviado este texto aos líderes das bancadas, eu iria ler esta proposta de Moção, a fim de merecer as vossas críticas e as vossas sugestões.-----

-----No final de todas as intervenções procedemos à votação desta proposta de Moção.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para referir que “antes de mais, creio que ninguém ouviu o preâmbulo da Moção. E também não estamos a ver os tempos de cada partido por isso vai ser difícil, da nossa parte, ver quanto tempo falta, se calhar era melhor o Senhor Presidente ir-nos avisando.-----

-----Em relação à Moção, a nossa postura em relação à Moção é de manutenção da coerência, na Câmara Municipal, do Partido Socialista, em relação a estas intervenções; já da mini-hídrica de Avô, também deste assunto em 2010, é que somos obviamente contra a destruição do ecossistema do Rio Alva, somos obviamente favoráveis a uma posição conjunta do município, e contra a construção desta infra-estrutura; os ganhos desta infra-estrutura são residuais, em comparação aos impactos que ela terá. Este processo é de não andar. Na última Assembleia, onde esta questão foi abordada, não nos apercebemos da oportunidade dela aparecer nesta altura, depois ficou mais ou menos esclarecido, pela acta que li do executivo, pela reunião do Senhor Presidente com o promotor e talvez, se tivéssemos sido esclarecidos nessa Assembleia, tivéssemos a noção deste momento, desta necessidade. É pena que esta Moção não possa apontar concretamente projectos específicos, planos estratégicos definidos pelo município, e que vão ser postos em causa; vamos andar para a frente com isto.-----

-----Gostava de colocar algumas questões acerca das intervenções na vila de Arganil; na última Assembleia foi-nos dito que iriam começar em Março, gostava de saber o ponto da situação.-----

-----Gostava também de saber qual o ponto de situação sobre um conjunto de intervenções e que tipo de esperança ou de expectativa é que os arganilenses podem ter em relação às intervenções que têm vindo a ser faladas e gostávamos de saber se vão andar para a frente, quais são as perspectivas, nomeadamente a Requalificação do Cineteatro Alves Coelho, a Piscina de S. Martinho da Cortiça, as intervenções na Lomba do Canho, e também gostava de saber em que ponto é que está a obra na Quinta do Dr. Urbano, na Benfeita e que planos temos para ela.-----

-----Gostava de colocar outra questão ao Senhor Presidente, sobre um assunto que me parece que é importante: vi na página do facebook do município, a indicação da reunião de preparação da Assembleia Municipal, com os presidentes das juntas de freguesia; bem sei que é um hábito, mas parece-me que é um hábito que retira alguma dignidade democrática ao órgão de que todos fazemos parte, porquê? Parece-me injusto que haja reuniões de preparação da Assembleia Municipal, entre as bancadas partidárias, para definir estratégias, para definir posições. Haver reuniões prévias de discussão de assuntos que dizem respeito a problemas cívicos das freguesias, e que sejam discutidos numa reunião preparatória, para depois não



Assembleia Municipal

terem que ser discutidos num órgão onde estão reunidos o executivo, a Assembleia Municipal, órgãos eleitos, público, imprensa, julgo que retira alguma dignidade democrática à Assembleia Municipal. É um hábito, que já virá detrás, mas parece-me que vale a pena rever, porque se é uma questão de gestão do tempo, acho que temos todos tempo para falar destes temas, se é uma questão de memorização dos problemas, acho que é um erro, porque são os problemas das freguesias, os problemas do concelho, temos que olhar de dentro para dentro e de dentro para fora do concelho, perceber que, se os problemas existem, é porque são do município, da região, da freguesia para o mundo. Não quero pensar que seja por outro tipo de questões, e os presidentes das juntas têm uma participação tão residual nestas sessões.”-----

-----**Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** – este dia tão expressivo para a nossa democracia e para a liberdade, embora hoje, confinada, mas estamos convencidos que tudo vai ficar bem.-----

-----Relativamente à construção desta barragem, aliás, razões não faltam para que não se construa essa barragem que, como diz o nosso povo, nem aquece nem arrefece, há quem diga que uma eólica só, produz mais energia do que aquela barragem e acho que é muito mais ecológica.-----

-----Outro assunto que queria propor é um voto de pesar pelo falecimento, no passado dia 8 do mês de Fevereiro, do Eduardo Ventura. Foi o primeiro presidente da Junta de Freguesia de Arganil, eleito após o 25 de Abril. Foi Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arganil.-----

-----Foi agraciado com a medalha de altruísmo de prata do Município, no dia 25 de Abril de 2012, faz hoje oito anos. Eu, em nome da Junta de Freguesia de Arganil, quero muito respeitosamente homenagear a sua memória, a memória de um verdadeiro pintassilgo, que nunca abandonou a sua terra, foi em Arganil que nasceu e que viveu, foi em Arganil que sempre investiu, foi em Arganil que foi soldado da paz, foi nesta freguesia que foi autarca e foi na Beira Serra e no distrito que foi estimado e reconhecido pelo voluntariado. Um até sempre.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **António Cardoso** para referir que “em Setembro de 2008, no âmbito do lançamento do concurso público internacional da concessão do Pinhal Interior, o então secretário de Estado Paulo Campos, deslocou-se a Arganil, para fazer a sua apresentação. Com pompa e circunstância, com um lauto banquete e servido por esbeltas senhoras, vendeu a ilusão e criou a expectativa da construção da nova EN 342. Esta apresentação terá custado ao erário público milhares de euros. Como dizia a ministra da educação de então, era uma festa. Por esta visão, deixaram o país na banca rota. Acontece que o projecto apresentado resultou em condicionamento do Plano Director Municipal em vigor, na ordem de cerca de 5% do território do concelho, constituindo um entrave ao seu desenvolvimento económico e social. Esta servidão administrativa resultou em



Assembleia Municipal

prejuízo efectivo para o concelho. Consumiu-se dinheiro público sem qualquer efeito reprodutivo, só ostentação. Criaram falsas expectativas, prometendo aquilo que não podiam cumprir. Perante estes factos, no mínimo, é devido um pedido de desculpas do Partido Socialista aos arganilenses.-----

-----Senhor Presidente, há um prazo de caducidade desta linha de servidão. Gostaria que me informasse se já ocorreu a caducidade ou para quando é que poderá ocorrer. Já agora, pedia também informação sobre a evolução do processo da EN 342, do eixo Arganil – Côja.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Maria José Silva** para “começar esta intervenção para fazer votos de que todos gozem de boa saúde nesta época difícil e gostaria também de deixar uma palavra de apreço a todos os funcionários do município, que têm conseguido manter os serviços mínimos e claro está ao executivo, que tem tido um trabalho difícil neste seu mandato; se nos lembrarmos de todas as catástrofes naturais e não naturais que foram acontecendo desde 2017, realmente não tem sido um mandato fácil. Deste ponto de vista, gostaria de deixar uma palavra de apreço e de incentivo, não só ao executivo, como a todos os trabalhadores e funcionários deste município, principalmente agora nesta época de trabalho especial.-----

-----Passando ao ponto que me diz respeito mais concretamente, até porque fui eu que trouxe este assunto à discussão da Assembleia, a questão da instalação da mini-hídrica do Vale das Botas; fico muito contente que, num dia como o de hoje, um dia da democracia e do entendimento sobre aquilo que é realmente importante, todos estejamos em acordo ao aprovar esta Moção. Na última Assembleia e quando eu trouxe este assunto, a ideia era que as pessoas tivessem tempo para se informarem acerca daquilo que eu estava a dizer, para não tomarmos ali nenhuma decisão de ânimo leve, e que chegássemos todos a um entendimento, tal como aconteceu em 2012. Nessa altura também me lembro, também estive em alguns movimentos não formais contra esta instalação, e agora fico contente se a Moção for aprovada por unanimidade, como espero. Logicamente que se é um empreendimento que não traz qualquer benefício à região, independentemente de nos posicionarmos em qualquer um dos partidos e em qualquer uma das ideologias subjacentes à nossa Assembleia, não faz sentido nenhum se não estivéssemos de acordo agora, e fico feliz se isso acontecer, espero que vá acontecer e seria também de realçar que tive o contributo na altura que falei com pessoas que não estavam relacionadas com nenhum dos partidos, nem com o Governo, nem com nenhum estatuto de poder, e algumas pessoas, não só do concelho de Arganil, inclusivamente existem as redes sociais, existe uma petição pública online, que tem cerca de 1600 assinantes; isto é um assunto que nos ultrapassa, enquanto meros representantes das pessoas e isso é o que é mais importante, é nós estarmos aqui para representar aquilo que é realmente a vontade e aquilo que é o interesse dos nossos munícipes.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para referir que “tenho alguns aspectos que me parecem importantes para o município de Arganil; queria o aproveitamento de algumas fontes extremamente interessantes que existem na Serra do Açor, uma delas entre Côja e a Esculca, a Cabreira, que forneceu água a Côja durante muitos anos e de alguns anos para cá esse fornecimento de água foi substituído pelo rio; era conveniente estudar-se a hipótese de se aproveitar aquela nascente, que é bastante potente e agora tem lá apenas uma pequena agricultura de subsistência. Uma nascente em Folques, no Mosteiro, que também é extremamente rica e que podia ser aproveitada economicamente; para além da água que passa, mesmo junto aos terrenos do ex Dr. Urbano, são fontes de riqueza que podiam ser perfeitamente traduzidas em benefícios para o município e para as populações.-----

-----Quanto à construção desta mini-hídrica, eu já ouvi, é tão má, tão má, que até ameaça o interior do país, não é nada disso, o meu saber não chega a tanto, para ver que uma mini-hídrica no Rio Alva, que podia reduzir a importação de petróleo e carvão, fontes dos gases de estufa que tanto problema criam ao planeta Terra, haver quem consiga inventariar uma dúzia ou duas dúzias de inconvenientes, parece-me desnecessário dizer qualquer coisa. Faço votos para que tenham êxito no vosso projecto e na realidade, se há um investidor interessado em construir uma mini-hídrica, admira-me como é que se pode inventariar um inconveniente, dizendo que a energia eléctrica produzida nessa mini-hídrica era mais cara se a venda da energia eléctrica é tabelada, seja ela no Algarve ou no Minho, ou na Beira, esses são argumentos perfeitamente utópicos. Por isso eu recuso-me, perante uma posição clubística, uns que gostam e outros que não gostam, e em vez de termos uma energia limpa, vamos comprar energia de petróleo ou de carvão, aumentando a nossa dívida internacional. Quanto à energia eólica e à energia hídrica, quero fazer a seguinte precisão: a energia eólica não é alternativa com a energia hídrica, porque a energia hídrica podemos controlar o momento em que a usamos enquanto que a energia eólica surge por condições naturais, por aquecimento do Sol, por isso é uma energia, todos temos a noção que muitos dos ventos são entre a noite e o dia ou entre o dia e a noite, quando o Sol aquece ou arrefecem as camadas de ar. Por isso o que tem acontecido, nós não podemos alternar a eólica com a hídrica, a hídrica é uma riqueza que pode estar guardada nas albufeiras e põe-se a trabalhar ou pára-se quando for necessário, porque durante o dia há horas de maior consumo e horas de menor consumo, logo, pode esse conjunto de intercâmbios entre os vários tipos de energia, é que são significativos, não podemos pensar que deixamos fora ou não usamos a energia hídrica e usamos a eólica, não, só usamos a eólica como tem acontecido estes anos, em determinadas horas da noite, damos energia a Espanha, porque não temos forma de a consumir, porque as nossas sistemas de armazenamento são pequenos. Desejo felicidades aos vossos projectos e é pena, porque isto é mais uma machadada no equilíbrio económico nas contas nacionais



Assembleia Municipal

porque temos que fazer a actividade política sem lismos mesquinhos. Hoje Arganil pode colaborar para a rede, amanhã Arganil beneficia de outros meios nacionais.”----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** dizendo que “inicialmente não me inscrevi porque pensei que as intervenções iniciais eram apenas para debater o problema da Moção.-----

-----Queria questionar o Senhor Presidente em relação ao abastecimento de água no município de Arganil; continua a ter as torneiras vazias, sobretudo nas horas da noite em que, em princípio, o consumo não é nenhum, a água quente pura e simplesmente não sai, se eu abrir só a torneira da água quente, não sai uma única gota, tenho filmes no meu telemóvel que posso mostrar, onde se vê isso. Há 14 anos, quase quinze, que ando a ter um consumo excessivo de electricidade porque sou obrigado a ter o motor ligado constantemente e fui obrigado a colocar um depósito para poder ter alguma água. Fez-se a nova Estação Elevatória, não percebo porque é que não temos água. Não sou só eu, os vizinhos queixam-se do mesmo, o Senhor Presidente deve saber, porque lhe foi solicitado pelo senhor José Carvalho Rodrigues, uma audiência, em que foi recebido pelo seu assessor e que, segundo ele me disse, não lhe deu qualquer justificação para esta falta.-----

-----Queria ainda questionar o Senhor Presidente, face à situação que vivemos, de pandemia, porque o Senhor Presidente em entrevista ao Rádio Clube de Arganil, no dia 16 de Abril, disse que eram sete infectados; ora bem, só em 22 de Abril foi apresentado o sétimo caso, um senhor que veio do internamento e que se confirmou positivo; na entrevista de 23 de Abril referiu nove casos, sendo que já tínhamos um recuperado. No site da Direção Geral de Saúde, continuam só a haver sete casos. Eu gostaria que o Senhor Presidente nos dissesse qual a sua fonte de informação, uma vez que quem transmite estes dados são os médicos que fazem o registo obrigatório destas doenças e a Direção Geral de Saúde continua a dizer, e ainda ontem, porque eu tenho aqui impresso, que no concelho de Arganil só existem sete casos.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Secarias** para dizer que “o motivo da minha intervenção tem a ver com a possível construção de uma mini-hídrica na freguesia de Côja, mas já muito perto do limite com a freguesia de Secarias. Desde a primeira hora que a Junta e a Assembleia de Freguesia de Secarias se mostraram totalmente contra, tal como o fizemos em relação à mini-hídrica de Avô, enviando, inclusive, Moções ao município de Arganil e à APA. O executivo desta freguesia nunca se remeteu, nem se remete ao silêncio, quando estão em causa os interesses dos seus fregueses, assim como os interesses do concelho. É o nosso dever, é, a nosso ver, uma obra que só traz malefícios para o concelho e não só. Duvido que alguém possa ganhar com a implantação deste possível mono de cimento, tendo em conta a sua produção energética, que é diminuta. Mais, que o Turismo fique enormemente afectado. Que a construção desta



Assembleia Municipal

obra não contribui para a criação de postos de trabalho. Mais, e reforço, os problemas decorrentes da construção da mini-hídrica não afectarão apenas o concelho de Arganil e as suas populações que vivem e trabalham na área deste troço, mas também a economia da região.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva** para “concordar na totalidade com a Moção hoje apresentada que vai ter, como é óbvio, o voto da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva. Esta barragem, como eu já disse várias vezes, e os antecessores da Junta, nomeadamente o Eng. Oliveira, fomos sempre manifestamente contra a construção desta barragem que, ao ser construída seria um golpe tanto para a União de Freguesias, como para o concelho, como mesmo para o Interior, ao nível do Turismo, e ao nível do Ambiente, uma vez que se ia aproximar ou talvez chegar à Praia Fluvial do Caneiro, que tem bandeira azul e que muito iria prejudicar a nossa região.”-----

-----Quero lamentar os Governantes, os que lá estão ou outros, que só se lembram do Interior para nos prejudicarem e não para nos beneficiarem e o exemplo disse é o caso da EN 342, que nunca mais tem fim.”-----

-----Tenho também que lamentar, porque trata-se de uma pessoa que reside aqui em Côja, o senhor deputado António João Lopes, lamentar as suas palavras, porque nota um desconhecimento completo daquilo que está escrito no projecto, que reafirmo que, a ser construída, traria manifestos prejuízos, quer para Côja, quer para o concelho, quer mesmo para o Interior. Lamentar as palavras do Senhor deputado António João Lopes, que não é de estranhar, é uma pessoa que conhece muito mal tanto a freguesia como o concelho e aquilo que seriam manifestas e nefastas consequências para a nossa região.”-----

-----Agradecer a todos aqueles que estão solidários com esta Moção de censura, para que a mini-hídrica não seja construída, porque ao sê-lo, manifestamente iria prejudicar a nossa região.”-----

-----Por último, como estamos em mais uma pandemia do COVID 19, uma palavra de solidariedade para todos os autarcas que neste momento exercem funções. Iniciámos com os incêndios, quando tudo estava a encaminhar-se, temos o COVID 19. Estão a ser anos de muito trabalho com estes inconvenientes todos, e por isso uma palavra de solidariedade e de amizade para todos.”-----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** para fazer o ponto da situação relativamente aos tempos ainda disponíveis de cada bancada, dizendo que “os Independentes dispõem ainda de um minuto e trinta e cinco segundos, a CDU dispõe ainda de trinta e três segundos, o PSD dispõe de vinte minutos e quarenta e nove segundos e o PS dispõe de nove minutos e cinquenta e sete segundos.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Elisabete Oliveira** para “falar da data que hoje celebramos, referindo o tempo particular em que ela acontece e que tem muito a ver com tudo o que estamos a viver. A actualidade traz-nos grandes desafios, a todos, a capacidade de responder com a realidade a situações novas, exigentes, que nos trazem um cenário de grande imprevisibilidade, em que acho que temos uma única certeza: depois disto não ficará nada igual. Perante esta certeza é absolutamente determinante que tenhamos e já foi referido, por alguns deputados e autarcas, a capacidade colectivamente e individualmente de nos reinventarmos e descobriremos novos caminhos e novas formas de actuar, que respondam às necessidades das populações. Estamos a pedir a todos, e de formas tão distintas, sacrifícios que nunca imaginámos viver, pedem-nos para nos reinventarmos no trabalho, pedem-nos para nos reinventarmos na escola, que sejamos agentes de saúde pública, assumindo um comportamento que proteja todos, mesmo quando isso custa o trabalho de tantos, mesmo quando isso custa não estarmos com os que mais amamos. Sim, é verdade, os actores políticos têm conseguido até ao momento, actuar com inovação e unidade, coisa que me deixa orgulhosa, e o sistema de saúde e os seus profissionais têm, com custos pessoais elevadíssimos, respondido de uma forma exemplar a este cenário, mas os desafios são muitos e todos o sabemos, por exemplo o cenário do Banco de Portugal, aponta para uma taxa de desemprego que ronda os 10% em 2020 e neste momento há 30 mil empresas o que corresponde ao universo de mais de meio milhão de trabalhadores em processo lay off. Os pedidos de ajuda aumentam de forma preocupante e sim, estamos todos assustados e preocupados e precisamos, como nunca, de sinais que nos dêem confiança, que nos façam sentir que estamos, efectivamente, juntos e a trabalhar no mesmo sentido. É neste contexto que celebramos o 25 de Abril; é neste contexto, e não noutra. É neste contexto que celebramos o dia da liberdade, numa altura em que nos reinventamos para fazer tudo, não teria feito algum sentido procurar reinventar a forma como o celebramos? Colocar esta hipótese significa que o desvalorizamos? Não poderia ter sido uma oportunidade de lhe dar ainda mais destaque, numa altura em que novas questões se levantam, no campo da nossa liberdade individual e colectiva? Na minha opinião, e aproveitando, creio que me compreenderão, o direito que o 25 de Abril me dá, que é de me exprimir com liberdade, poderia. Poderia e julgo também que o bom senso que seria aconselhado é que o formato para o celebrar não fosse este, encontrando novas maneiras de recordar os valores essenciais que mesmo em estado de emergência, nos devem pautar. Sim, é nestes momentos que se afirmam lideranças, mas ao invés, e para ver se se compreende, o povo fica em casa mas os representantes do povo dão o exemplo de comemorar o 25 de Abril num espaço fechado; é isto, não é? Claro que vão ser menos, é certo. Claro que todos os cuidados serão tidos, também é certo. Mas é este o exemplo que queremos dar, quando pedimos a todos os portugueses que fiquem em casa? Não devia ser. O problema dos festejos do 25 de Abril na Assembleia da República é, sobretudo, o exemplo e o simbolismo que acarreta, num momento em que nos são pedidos a



Assembleia Municipal

todos esforços pessoais enormes. Estamos juntos, sim, mas também estamos atentos. O consenso que o país precisa nestes tempos difíceis faz-se com declarações serenas e ações que aproximem aqueles que não viveram o 25 de Abril da ideia que a Liberdade que gozam teve um preço no passado. É importante termos essa consciência. É importante também com o nosso comportamento, honrar esse preço e que, Portugal que conhecem, nem sempre foi assim. Era tão fácil explicar isto a um país condicionado, fechado em quarentena; nem precisaria de legenda, mas o que tivemos esta semana foram declarações do Presidente da Assembleia da República que me embaraçaram, porque revelaram um total desrespeito pelos portugueses, seguindo uma linha argumentativa que se não houvesse uma cerimónia deste tipo, seria fatal para a democracia; seria criar um ambiente favorável a forças antidemocráticas. Permitam-me que diga com humildade que percebi que este tipo de comportamento e discurso faz mais pelos movimentos de extrema-direita e pouco democráticos, do que uma celebração menos convencional, é estar perigosamente afastado da realidade das pessoas comuns. E isso sim, é um perigo para a democracia e liberdade que hoje, orgulhosamente, celebramos. Considerar que não celebrar o 25 de Abril na Assembleia da República seria algo completamente estúpido, porque foi isto que foi dito, é um desrespeito para com os portugueses que todos os dias têm que reinventar. Todos os dias reinventam a sua vida profissional e todos os dias reinventam a vida dos afectos, até nas despedidas dos que amam. Como se não bastasse, toda a desnecessária discussão dos últimos dias, que poderia ter sido evitada com mais tacto político, vem ainda o Senhor Presidente da Assembleia da República recusar, numa entrevista que deu à TSF, a ideia de que os presentes na sessão da celebração do 25 de Abril, não fazia sentido que usassem máscaras de proteção. Então, e passo a citar: “nós íamos mascarados para o 25 de Abril?” questionou aquela que é, relembro, a segunda figura na hierarquia do Estado. Parece um filme sim, senhor Presidente da Assembleia da República, mas usar máscara vai ser o nosso novo normal, recomendações da Direção Geral de Saúde. E não, não vamos andar mascarados, vamos andar de máscara, com muito orgulho, porque o fazemos por todos nós.-----

-----Termino, partilhando e pedindo desculpa pela extensão da minha intervenção, que é para mim muito caro o que estes tempos nos exigem, um sentido profundo de responsabilidade e união, que nos permita responder da melhor forma em todas as áreas às exigências actuais. Defendo, e continuarei a defender, que não é tempo de guerras partidárias, estamos todos no mesmo barco, este vírus ataca qualquer um, seja de que ideologia for. É tempo de todos trabalharmos em conjunto e de procurarmos boas soluções, dando continuidade àquilo que de facto tem sido facto, mas se não acho que seja tempo de guerras partidárias, também não aceito que se meta na cabeça de alguém que aceite toda e qualquer afirmação ou decisão sem pensar, e não dando espaço sequer para o seu questionamento, ainda vivendo em democracia, por mais emergência que exista. Patriótico é, sem dúvida, cumprir as



Assembleia Municipal

regras mas tendo o direito a discordar, a pensar e até a falar; não foi para isso que se fez o 25 de Abril?”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** começando a sua intervenção por dizer “espero que se encontrem todos vós, e as vossas respectivas famílias de boa saúde.-----

-----Vivemos tempos novos, tempos de incógnita, tempos de incerteza e tempos em que todos, desde pessoas, a empresas, a associações e organismos passamos pelas mesmas dificuldades. O surgimento desta pandemia virou do avesso todo o planeamento existente e obriga-nos agora a redefinir as nossas prioridades.-----

-----É justo que saibamos, nesta luta que travamos contra esta doença, reconhecer as pessoas e as entidades que se colocam na linha da frente no combate a este inimigo que não conseguimos sequer ver. Gostaria por esse motivo de reconhecer publicamente o meu apreço a todos os profissionais que, quer na área de saúde, quer nas restantes áreas prestadoras de serviços essenciais à nossa sociedade, continuam a lutar diariamente para que possamos ultrapassar esta pandemia o mais rapidamente possível e com as menores percas possíveis. Gostaria também de deixar uma palavra de consideração a todas as pessoas que compõem os diversos projectos de voluntariado que pelas diversas formas tentam ajudar a combater esta pandemia no nosso concelho.-----

-----De inteira justiça é também reconhecer o trabalho exemplar desenvolvido pelo nosso Município no combate à Covid-19. As múltiplas medidas colocadas de imediato em vigor, deixam bem patente a preocupação existente neste executivo relativamente a esta problemática. Medidas essas já devidamente enumeradas pela minha colega Sara Pedroso.-----

-----Pego nestes dias difíceis que todos vivemos e ligo-o a outro tema para no final deixar algumas questões ao Sr. Presidente.-----

-----Foram divulgados recentemente os resultados da atribuição dos estatutos de PME Excelência 2019, dentro do grupo restrito das empresas às quais já tinha sido atribuído o estatuto de PME Líder. Já no ano passado tive a oportunidade de reconhecer em sessão da Assembleia Municipal o meu apreço e consideração pelo tecido empresarial do nosso Município e em particular pelas empresas que foram agraciadas com a atribuição destes estatutos. Este ano não posso fazer diferente. Por também me incluir neste leque, embora fora do nosso Município, e por ser conhecedor do que é necessário fazer para se ser distinguido com tais estatutos, endosso os meus parabéns, aos administradores e respectivos quadros de colaboradores, dessas 9 empresas.-----

-----Numa fase tão conturbada quanto a que vivemos hoje, a força e a saúde do nosso tecido empresarial está a sofrer um duro teste. O impacto económico desta pandemia a nível nacional, europeu e mundial é ainda impossível de quantificar, sendo certo que será claramente um dos maiores das últimas décadas, encontrando apenas paralelo, segundo alguns especialistas, na última grande guerra mundial.-----



Assembleia Municipal

-----Tendo por base que o tecido empresarial é responsável por uma fatia muito larga da empregabilidade de qualquer País, e que o emprego é essencial para a preservação da qualidade de vida das pessoas, é fundamental que o tecido empresarial de Arganil seja capaz de ultrapassar esta pandemia o melhor possível. Assim, faço votos para que todos os empresários de Arganil superem com sucesso esta árdua tarefa que têm pela frente. Que saibam nesta fase tomar as melhores decisões possíveis, dentro dos apoios existentes, para que as empresas subsistam a este período em que muitas restrições estão impostas para evitar a propagação da doença e consequente salvaguarda da saúde das pessoas e que de futuro possam colocar de novo em pleno a sua laboração ou que se saibam reinventar se tal for necessário.-----

-----Nunca defendi, nem defendo, empresas subsídio dependentes, mas é um facto que vivemos tempos de excepção. E permitam-me aqui expressar a minha opinião, dizendo que acho difícil que muitas empresas, e em particular micro e pequenas empresas, muitas delas familiares e em que a empresa é a fonte única de rendimento dessas famílias, consigam ultrapassar esta pandemia com o que é apresentado neste momento como solução pela nossa governação. É manifestamente insuficiente. Empresas que tiveram que parar por completo a sua operação, ficando privadas da totalidade das suas receitas enquanto são obrigadas a suportar parte das despesas existentes é incomportável. A solução não pode ser apenas e só o permitir o acesso a crédito (acesso esse bem mais difícil e caro que o noticiado) e o empurrar das responsabilidades para o futuro com a diluição do pagamento de impostos. Este apoio até pode permitir que as empresas ultrapassem esta fase imediata, mas irá condenar muitas a médio prazo. O sobre-endividamento resultante desta fase criará um peso brutal na nossa economia. Mas isto eu sei, que a nossa governação também sabe e acredito que estejam atentos a tal facto e que esperem pela definição do que será feito a nível Europeu, atribuição de cerca de 25 mil milhões de € segundo se noticia hoje na imprensa, para futuramente definirem novos métodos de apoio, sim, porque também sabemos que os fundos do próprio estado não são inesgotáveis. É necessário é que o apoio não surja demasiado tarde.

-----Sei que os Municípios não têm qualquer responsabilidade de prestar apoio financeiro directo ao tecido empresarial local, e bem na minha opinião, mas não deixa de ser uma realidade que estes são também a extensão do Estado que melhor conhece as empresas e que mais poderiam contribuir para a definição da estratégia quer no momento de crise de saúde, quer no momento de crise financeira que inevitavelmente se seguirá. Assim, Sr. Presidente, coloco-lhe algumas questões para tentar perceber até que ponto a nossa governação envolve os municípios e estes se deixam envolver na procura de soluções para ultrapassar e minimizar os efeitos desta pandemia.-----

-----O Estado realiza por alguma via consulta aos Municípios de forma directa ou indirecta para os envolver na definição da estratégia a implementar?-----



Assembleia Municipal

-----Existe alguma divulgação de dados por parte do ministério competente ou pela Segurança Social aos Municípios acerca da evolução dos pedidos de lay-off, despedimentos colectivos, extinção/fecho de empresas ou de quaisquer outros dados financeiros?-----

-----É solicitado aos Municípios que tenham voz activa na distribuição/publicitação das medidas de apoio que vão sendo aprovadas pelo nossos Ministros ou esta fica à consideração de cada município?-----

-----O município dispõe de algum estudo ou dados que permitam caracterizar o tecido empresarial do nosso concelho? Existe ou prevê criar algum espaço/linha de atendimento/site para apoio a empresas que possam necessitar nesta fase de algum esclarecimento ou encaminhamento?-----

-----Na minha opinião, tendo por base a maioria das empresas que compõem o nosso tecido empresarial, o acompanhamento de proximidade poderá fazer toda a diferença na forma como vamos ultrapassar esta pandemia.-----

-----Que saibamos todos, cada um com as suas competências, lutar para que o impacto negativo seja o menor possível no nosso território.-----

-----Num tema diferente gostaria ainda de questionar o Sr. Presidente se já há algum posicionamento oficial por parte do ACP em relação à realização do rally de Portugal deste ano, e se confirma a notícia avançada ontem pelo jornal AutoSport que noticia que apesar do esforço do ACP a edição de 2020 vai mesmo ser cancelada e que as Câmaras Municipais envolvidas já foram informadas dessa decisão. Confirma esta informação?-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Dias** para dizer que “fico um bocado espantado que haja deputados municipais que estejam chocados com as celebrações do dia da Liberdade na Assembleia da República, mas nada falam ou aqui dizem, sobre o direito à água, de quem vive em Arganil. Já que estamos a falar em hídricas e, conseqüentemente em água, acho vergonhoso que no momento actual de pandemia, com as pessoas em casa, em isolamento, haja pessoas em Arganil com sistemática falta de água. Esta situação acontece com regularidade todos os anos, durante vários meses; todavia, este ano, a falta de água é um problema que começou muito mais cedo e com muito mais intensidade; quase todos os dias são contactados os serviços da autarquia pedindo a resolução do problema. Até ao momento, tudo permanece igual. O direito à água é um direito universal, pelos vistos, negados a alguns, em Arganil. Mesmo quando raramente corre um fio de água, a pressão não permite sequer que os esquentadores aqueçam água. Antes de perderem tempo com fediveres políticos e comemorações que pouco interessam, a quem falta o mínimo - a quem falta o mínimo, experimentem tomar banho de água fria, todos os dias, no actual estado de tempo. Teria ficado bem mais impressionado se tivesse ouvido os senhores deputados municipais defenderem um direito elementar a qualquer ser humano, o direito à água.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Sara Pedroso** para “falar da pandemia COVID 19, mais particularmente daquilo que tem sido feito a nível do município para combater e para fazer face aos enormes desafios que nos trás a todos, a nível profissional, pessoal, enquanto sociedade. Queria começar por realçar alguns aspectos que acho que têm sido francamente positivos, nomeadamente em termos de divulgação, de informação, comunicação; por exemplo através do micro site da página do município, ou da página do facebook, onde além de informação de medidas de segurança, que são postas em prática pelo município, de apoios que são disponibilizados a nível local ou a nível nacional, há também informação que é disponibilizada daquela que é veiculada pela DGF, pela DECO por exemplo. Em termos das medidas do município que são diversas, começando, como já foi referido pela deputada Maria José, pelo esforço que foi feito em termos de reorganização dos serviços municipais, para garantir o acesso, mas protegendo a segurança dos funcionários e dos munícipes, gostaria também de salientar a forma como o município se tem articulado com os diversos parceiros, com as Juntas de Freguesia, com o CLDS, o trabalho que é feito no âmbito da Comunidade Intermunicipal, a articulação que é feita com as IPSS, com as associações do concelho, que acho que é muito meritória. Nesse sentido, das várias medidas que têm sido implementadas, gostaria de salientar algumas a serem dedicadas a populações particularmente vulneráveis, eu penso que merecem um louvor especial e dentro dessas falar da linha de apoio psico-social que foi criada, do serviço fique em casa, nós fazemos chegar, da bolsa de voluntariado, e nós sabemos a nível nacional da dificuldade que tem sido o apoio a utentes de várias IPSS e da necessidade de ajudar as pessoas que todos os dias trabalham no terreno. Também falando da possibilidade que foi disponibilizada pelo Centro de Recolha Animal, de acolhimento de animais, em caso dessa necessidade. Outro aspecto muito importante tem a ver com a disponibilização de equipamentos de proteção individual aos Bombeiros, à GNR, às IPSS, nós sabemos que a nível nacional tem sido particularmente difícil, tal como a nível mundial, o acesso aos EPI adequados e neste momento são fundamentais para podermos até retomar alguma normalidade. Também da disponibilização de testes de diagnóstico às IPSS, que é um aspecto fundamental no combate à pandemia e para prevenirmos a sua propagação e mais contágios. Para além de falar no município gostaria também de realçar que neste contexto têm surgido exemplos de dedicação e de trabalho que eu acho que não podem ser menosprezados ou esquecidos. Por exemplo, nas IPSS, o trabalho dos funcionários, dos dirigentes, particularmente aqueles que lidam com populações idosas, que são um grupo de risco e que estão neste momento privados do contacto com as suas famílias, o trabalho que é feito, porque muitas vezes são eles que se privam de estar eles próprios com as suas famílias para proteger aqueles com quem trabalham e para quem trabalham. Também a sociedade civil e o movimento associativo que tem-nos dado grandes exemplos, e gostaria de realçar aquilo que é feito em termos de divulgação de informação, de utilização da solidariedade da sociedade civil, e falava



Assembleia Municipal

de dois exemplos entre outros, da Associação Juvenil CUME, por exemplo, da SOS Arganil, que têm feito um trabalho que considero muito meritório.-----

-----Para finalizar gostaria de deixar uma questão ao Senhor Presidente, que vem no âmbito das medidas a implementar, pensando agora nesta fase que se aproxima, em que pretendemos repor uma normalidade possível, pensando no Verão e na possibilidade de mais visitantes ao nosso concelho, se já estão definidas algumas medidas para fazer face a estas exigências ou se estão com alguma ideia daquilo que se planeia que venha a ser feito, articulado com a DGF e com os restantes estruturas.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Nuno Espinal** – esta minha intervenção tem uma principal finalidade, solicitar ao Senhor Presidente do Município que proceda a uma reunião do CLAS, através da convocatória que lhe compete fazer, e nos moldes em que estamos aqui a fazer esta nossa reunião, por videoconferência. Como sabem o CLAS, Conselho Local de Ação Social tem uma caracterização que o define como um fórum de articulação, estou a citar aquilo que está escrito no próprio escrito do CLAS no site do município, do nosso município, o CLAS é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte da autarquia e entidades públicas e privadas com vista entre outras destinações, à promoção do desenvolvimento social do concelho de Arganil. Estamos a viver um momento difícil, uma pandemia sem precedentes na nossa história contemporânea, que se repercute de uma forma dramática na saúde de muitos de nós e em outros aspectos da nossa vivência social e da nossa economia; as IPSS, como sabem, têm estado no centro das atenções da sociedade, porque são profundamente atingidas por esta crise e demandadas a responderem com eficácia nas suas actividades de solidariedade social, em resposta às necessidades dos cidadãos mais carenciados e em situação de vulnerabilidade social. Senhor Presidente, a questão é que nós, nas IPSS, gostaríamos de ter mais informação de cada um de nós, do que é que se vai passando nas outras IPSS. Isto porque nós precisamos de saber o que se vai passando nas outras IPSS para podermos reforçar o nosso conhecimento e estarmos mais habilitados a dar respostas que necessariamente temos de dar, perante os problemas que nos vão surgindo. Inteirarmo-nos das suas situações, das suas estratégias que se passam nas outras IPSS, para defender os utentes e funcionários das perigosidades desta crise, aumentaria o chamado “Know How”, o nosso “Know How” o nosso conhecimento e reforçaria a nossa estratégia neste combate. Eu, muitas vezes entendo que nós, nas IPSS, e tenho falado com alguns dirigentes de IPSS, andamos um bocadinho não digo perdidos, porque o município vai fazendo a sua informação, mas há coisas que poderíamos resolver de uma forma que fosse mais eficaz para os nossos interesses. Por exemplo, a compra de equipamentos de proteção individual, andamos todos numa verdadeira loucura, à procura de fornecedores; em meu entender isso poderia



Assembleia Municipal

estar nas mãos de uma equipa criada no seio do CLAS, pouparia esforços e criaria melhores condições para que esses produtos de que precisamos fossem obtidos.-----
-----Outra questão que se deve colocar é a questão dos testes; sei que vão ser feitos testes a todas as funcionárias, e não sei se a dirigentes das IPSS, por acaso, naquilo que se costuma dizer, o que se ouve por aí, soube que já foram feitos testes, penso eu, numa IPSS no Sarzedo, mas nós não sabemos quando é que esses testes poderão ser feitos nas nossas instituições e se a informação é dada na véspera, naturalmente que temos dificuldades em reunir todas as empregadas, que nas suas folgas, têm o direito de estarem afastadas do serviço. Por tudo isto, há a necessidade de sabermos o que se vai passando em termos dos testes, pois não temos qualquer informação, a não ser aquilo que nos foi dito, que iam ser feitos testes às nossas funcionárias. Uma questão que também deve ser questionada tem a ver com o número de trabalhadores em cada IPSS, e agora que estamos em período de férias, há ruptura do número de trabalhadoras, ou seja, em férias poderá haver doenças de trabalhadoras, poderá haver outras questões como por exemplo a necessidade de darem proteção aos filhos menores e por isso estão justificadas a não comparecerem no serviço; isto outro dia até me criou uma situação gravosa, e tenho que aqui reconhecer que o Senhor Presidente da Câmara teve uma atitude simpática, falou comigo ao telefone, tentou ajudar-me a resolver a situação e tenho que lhe agradecer, bem como ao senhor vereador Luis Almeida, que foram pessoas extraordinárias. Outra questão que decore há muito tempo, e não tem tanto a ver com esta questão do vírus, mas é uma questão que nos apoquentam a todos nós, nas IPSS, é a questão da sustentabilidade das IPSS; nós sabemos neste momento que a crise económica com certeza que vai afectar financeiramente e economicamente as IPSS; se algumas já estavam em dificuldades, depois da questão deste vírus estar ultrapassada, penso que vamos ter algumas dificuldades em continuar a sua actividade.-----

-----Havia muito mais para aqui referir, mas o tempo também não vai permitir, apenas um apontamento final: existe um núcleo executivo do CLAS e eu pergunto qual é o papel deste núcleo executivo neste momento na crise? Uma das atribuições que lhe compete e passo a citar também o que está escrito, é “proceder à montagem de um sistema de informação que promova a circulação de informação entre os parceiros e a população em geral”; ora, se o fizesse, muitas das questões que aqui formulei, estariam por certo respondidas.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Fernanda Pacheco** para dizer que “a minha intervenção está relacionada com uma actividade, a meu ver bastante interessante, que o Executivo Camarário iniciou no passado mês de Janeiro, e que pretendia abranger todas as freguesias e uniões de freguesia do concelho. Refiro-me às Presidências Participativas, ciclo de reuniões de trabalho cujo objectivo era estar mais perto da população, ouvindo as suas preocupações e expectativas e, em



Assembleia Municipal

simultâneo, avaliar a ação e as intervenções já realizadas pela autarquia no território.-----

-----Este ciclo foi inaugurado, pela Câmara Municipal de Arganil, no passado dia 28 de Janeiro, na freguesia do Piódão, tendo a segunda jornada ocorrido no dia 4 de Março, na freguesia de Pomares.-----

-----Durante a visita às referidas freguesias foram percorridas diversas localidades das mesmas, tendo os habitantes apontado alguns dos problemas com que se debatem e discutidas futuras intervenções a realizar em ambas as freguesias.-----

-----Apesar das necessidades das freguesias estarem devidamente identificados, é importante reforçar a proximidade e a participação da população e das instituições na resolução dos problemas, definindo prioridades e soluções que vão ao encontro dos anseios das pessoas.-----

-----De realçar que este modelo de proximidade e de convite à participação, através do prévio e articulado trabalho com as juntas e uniões de freguesia, resulta de uma forte vontade do executivo municipal, assumida no programa eleitoral sufragado pelos arganilenses.-----

-----Penso que, devido à actual situação mundial, que também atingiu o nosso país e conseqüentemente o concelho, a COVID 19, apelando-se ao distanciamento social, o modelo foi suspenso. No entanto, face à vontade demonstrada pelo Executivo e à receptividade da população, é de louvar este tipo de iniciativa pelo que dou os parabéns aos seus dinamizadores.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Piódão** “para sinalizar dois pontos; ultimamente saiu a notícia de que o Piódão tinha sido, pelo terceiro ano consecutivo, classificado como Aldeia 5 Estrelas; queria regozijar-me com isso, é sinal de que o Piódão é cada vez mais conhecido, cada vez mais milhares de portugueses e estrangeiros visitam o Piódão, pelo que sei foram vários milhares de pessoas que participaram e votaram, é bom sinal, apesar de estarmos numa altura em que o Piódão é quase uma aldeia fantasma, não temos turistas, mas vamos ter esperança de que as coisas melhorem e que num futuro próximo voltem à normalidade, embora como já se disse, seja uma normalidade condicionada.-----

-----Quanto a esta pandemia que nos assola, já tivemos reuniões, falei com o senhor Presidente da Câmara, numa reunião com os presidentes das Juntas de Freguesia, há munícipes dentro da minha freguesia que me têm questionado, gostariam de ter uma máscara, principalmente quando se deslocam às compras, para utilizarem, já que dentro das suas localidades não têm recebido visitantes ou familiares e minimamente andam descansados; que eu tenha conhecimento não há nada de extraordinário, mas eles quando vêm às compras sentem-se constrangidos e gostariam de ter uma máscara, eles dizem que não têm conseguido encontrar máscaras nem álcool, nem esses produtos de primeira necessidade nesta altura. Uma sugestão que dei foi que poderia o município, pois parece que tem conseguido adquirir alguns equipamentos, liderar esse processo, de comprar as ditas máscaras;



Assembleia Municipal

nós não queríamos que fosse o município a pagá-las, nós pagamos, mas as pessoas assim teriam acesso a elas, pois têm procurado e não encontram; é essa sugestão que deixo, o município adquiri-las e depois nós pagaríamos o valor em causa.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Teixeira** para dizer que “em nome do meu partido, como é sabido como força histórica relevante no sucesso do acontecimento que hoje celebramos, quero fazer um apelo a que hoje, nestes tempos não apenas difíceis, mas de excepção, que relembremos e cumpramos mais que nunca os valores de solidariedade, coragem, esperança e união, que são simbolizados e eternizados pelo 25 de Abril. Não deixando de me congratular, porque seria importante nesta altura o município pelo trabalho que será sempre, e infelizmente, insuficiente e pelo esforço que tem vindo levado a cabo, deixar esse apelo para que continue a cumprir estes valores e tente recuperar o município da melhor forma possível, deixando ainda assim a sugestão e não querendo de alguma maneira que isto seja confundido com algum tipo de oportunismo, mas talvez numa época em que mais que nunca os portugueses farão provavelmente turismo, dentro do seu próprio país, pelas razões que sabemos, não só dificuldades económicas como pela própria onda de solidariedade que se tem gerado, talvez fosse o momento muito oportuno, se é que nunca o foi, para Arganil tentar capitalizar enquanto concelho verde e atrair o mais possível pessoas desejosas para conhecer e aproveitar as férias no seu país.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para informar que “o PSD e o PS esgotaram o seu tempo, mas haverá uma tolerância de 3 minutos para cada uma das forças políticas, se pretenderem intervir numa segunda fase de perguntas.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para dizer que “relativamente à requalificação da área urbana na vila de Arganil, no que respeita particularmente à cobertura da Ribeira de Amandos, e complementando a informação que irá ser dada à questão colocada pelo deputado Miguel Pinheiro, gostava de saber que respostas é que há neste momento por parte do Governo, concretamente o Ministério do Ambiente, relativamente à responsabilidade ou à contribuição financeira que eventualmente possam dar a esta obra.”-----

-----Pedi ainda a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesias de Arganil** para “fazer uma correção à minha intervenção, um pedido de desculpa porque já tinha apresentado um voto de pesar na última Assembleia Municipal; de qualquer das formas, fica a homenagem, neste dia simbólico, a uma pessoa com a personalidade e com o altruísmo do nosso conterrâneo e amigo Eduardo Ventura.”---



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas, e referindo que “começando pela intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, as intervenções na vila de Arganil, do ponto de vista da contratação, estão concluídas, temos genericamente três intervenções, uma das quais falei na última Assembleia Municipal, e que foi entretanto concluída, que é da substituição da rede de abastecimento de água na Rua Condessa das Canas e Rua Comendador da Cruz Pereira; a reabilitação daquelas artérias que está incluída numa outra empreitada que inclui uma reabilitação no Bairro Abrunhós e a pavimentação da estrada entre o cruzamento dos Cepos e o Casal Novo, é uma empreitada que tem estado a decorrer. Esta intervenção da Condessa das Canas e Rua Comendador da Cruz Pereira deverá ter início no princípio de Maio. A intervenção no espaço público, nas áreas que referi na última Assembleia, está também com todos os procedimentos concluídos, a consignação já teve lugar, o estaleiro será montado durante a próxima semana e a empreitada terá início no dia 4 de Maio. Aproveitava também, a respeito disto, para me referir e para responder às questões que foram colocadas pelo deputado Luis Gomes, dizendo que, relativamente à cobertura da Ribeira de Amandos, à Galeria Hidráulica e à intervenção que atravessa a avenida central de Arganil, que tem três topónimos associados, houve já articulação com vários organismos do Estado, quer com o Ministério do Ambiente quer com a Agência Portuguesa do Ambiente, e o compromisso que tive mais recente e foi assumido por parte do Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, encaminha-se no sentido de ser aberto um Aviso de candidatura específico para aquela intervenção; estamos a aguardar que essa situação possa ter lugar.-----

-----Relativamente a outras questões concretas que foram colocadas pelo deputado Miguel Pinheiro, como sabe e como tenho informado, foram contratados projectos quer de arquitectura quer de especialidades; passaram, como faz parte dos requisitos legais pelas fases necessárias, desde logo, numa primeira fase, pela elaboração do anteprojecto que foi consensualizado e que foi validado neste caso pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil, está em fase de conclusão o projecto de execução; ainda não foi entregue, o compromisso que temos dos gabinetes que estão a trabalhar nesta matéria é que durante o mês de Abril, e já só falta uma semana para ele ficar concluído, o projecto de execução seja entregue ao município para que depois possamos proceder à respectiva validação. Quanto à piscina de S. Martinho da Cortiça, trata-se de uma piscina pública, que sendo pública carece de parecer prévio vinculativo do Instituto Português da Juventude e do Desporto; está submetido o projecto para apreciação, já tinha sido submetido em Janeiro, veio com várias recomendações, o projectista reformulou-o, submeteu-o novamente e termina o prazo para o IPDJ se pronunciar, se a memória não me falha, agora no dia 26 ou 27, amanhã ou depois. Relativamente à Lomba do Canho, como tenho dito, é uma candidatura que está a ser trabalhada, que está a ser tratada, neste momento ainda não temos nenhuma posição por parte da entidade financiadora, é um desígnio estratégico para o concelho, mas como tenho dito também, a questão da candidatura



Assembleia Municipal

e do financiamento é determinante; continuamos a trabalhar mas não temos ainda respostas relativamente a este processo. Quanto à Quinta do Dr. Urbano, os trabalhos foram suspensos porque havia um conjunto de intervenções, mais de interior, que carecem que todo o chão esteja seco, isto é, sem humidades; havia muita concentração de humidade em todo o edifício e aquilo que foi entendido, entre o empreiteiro e a fiscalização, é que as intervenções de interior, quer sejam de madeiras quer sejam de acabamento de algumas pinturas, sob pena de serem prejudicadas, que faria sentido serem retomadas com o tempo seco, e já depois do edifício, por dentro, estar sem humidades que suscitem depois problemas, do ponto de vista construtivo.-----

-----Permitam-me, relativamente à questão das reuniões com as Juntas de Freguesia, que discorde totalmente da sua perspectiva; aquilo que é o nosso entendimento, aquilo que é a nossa perspectiva, é que estas reuniões que fazemos regularmente com as freguesias, contribuem precisamente para a dignificação da Assembleia Municipal e não o contrário. Cada um terá a sua opinião, eu pessoalmente entendo que não é muito digno para a Assembleia Municipal vir-se falar aqui da valeta ou da manilha; naturalmente que respeito opiniões diversas, mas acho que esse tipo de participação que é mais importante que aconteça num fórum de trabalho entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Tenho a certeza que esta experiência tem tido bons resultados para o território, para o concelho, e particularmente para as freguesias e portanto não vejo nenhuma razão para se alterar, até porque, como acabei de dizer, entendo que esta prática dignifica os órgãos municipais e particularmente a Assembleia Municipal e não o contrário; aliás, basta ver aquilo que aconteceu hoje aqui já nesta Assembleia Municipal, teremos tido a intervenção de quatro Presidentes de Junta, penso que não foi certamente a reunião que fizemos há dias com as Juntas que pode contribuir para que a intervenção dos presidentes de junta não tenha lugar e volto a dizer que acho que essas intervenções devem estar sempre no sentido de dignificar este órgão como aconteceu até agora, e isso ficou bem justificado já nesta Assembleia Municipal.-----

-----Quero dar-vos nota daquilo que está neste momento a acontecer, do ponto de vista de intervenção, do ponto de vista de investimento público municipal; está já a decorrer, desde meados de Março, a intervenção de Requalificação do Largo e Posto de Turismo do Piódão, neste momento decorrem as intervenções no edifício do Posto de Turismo e nas casas de banho públicas, está previsto o reinício dos trabalhos no dia 4 de Maio, de pavimentação da ligação entre o cruzamento de Vila Cova de Alva, Barril e Côja; como alguns daqueles que lá passam terão percebido, está a decorrer dentro da normalidade a empreitada de Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este; no âmbito das empreitadas de reabilitação de rede viária, particularmente o grupo que integra várias intervenções, que vou designar aqui grupo 4, estão concluídas as intervenções entre o cruzamento da EN 17 com a Sanguinheda, a Rua José Caetano da Costa, em Celavisa, a Rua da Escola, no Sarzedo, e a intervenção que vai da estrada do cruzamento do CM 1339 até ao limite



Assembleia Municipal

do concelho com o concelho de Góis; por estes dias também estão a decorrer as intervenções em Casal do Frade e na ligação da Aveia ao Servo. Uma outra empreitada que integra as ligações entre o Torno e Foz d'Égua, na freguesia do Piódão, está com um nível de execução muito avançado, as pavimentações já aconteceram, esta empreitada integra também a pavimentação entra a Benfeita e a Portelinha, bem como vários muros de sustentação da via. Estão a decorrer os trabalhos entre a Benfeita e a Portelinha, o muro junto à Fraga da Pena terá início, pelo que me dizem, durante a próxima semana. Uma última empreitada de reabilitação de vias municipais, aquela a que já me referi há pouco, que integra a Rua Comendador da Cruz Pereira e a Rua Condessa das Canas, já expliquei; há uma outra empreitada que integra o acesso à Zona Industrial de Côja e o Bairro de Côja, que está a decorrer em pleno, quer numa com uma frente de trabalho no acesso à Zona Industrial de Côja, bem como com outra frente de trabalho no Bairro de Côja. Relativamente à Ampliação do Parque Industrial da Relvinha Oeste, o processo de contratação está concluído, está neste momento a documentação submetida a Tribunal de Contas e aguardando o respectivo visto prévio que, como sabem, é obrigatório. A requalificação do acesso e do estacionamento da EB1 de Arganil terá início também na primeira semana de Maio; está a decorrer a Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho. Estão em fase de conclusão as intervenções no Núcleo Etnográfico de Arganil e do Núcleo Museológico de Arqueologia de Arganil. A empreitada de substituição do Sistema de Abastecimento de Água, entre Vila Cova de Alva e Côja está em fase de conclusão. As intervenções de regularização fluvial do Rio Alva ficaram concluídas agora no final de Março. Está a decorrer uma empreitada de sinalização horizontal em todo o concelho. Está a decorrer a empreitada de reconstrução de muro de suporte em Casal de S. João, freguesia de Vila Cova de Alva. Foi ontem adjudicada a empreitada de substituição das condutas de abastecimento de água e repavimentação nas Secarias. Há depois um conjunto de empreitadas de rede viária que estão em fase final de contratação. E em termos de empreitadas e de intervenções que estão neste momento a decorrer no concelho, penso que são estas as mais relevantes.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado António Cardoso, e em relação às estradas, uma imaginária e outra real, a EN 342, em relação à estrada imaginária, de facto, como disse, foi constituída uma servidão administrativa que afectava cerca de 5% do território concelhio, um corredor com 200 metros de largura, que na zona prevista para os nós, considerava uma servidão com um quilómetro e meio de raio, era uma área muito, muito significativa; a decisão relativamente a esta servidão administrativa foi publicada agora em Diário da República, no dia 7 de Abril de 2020, é recente, e vem declarar que em 28 de Abril, nos próximos dias, verificar-se-á a caducidade da zona de servidão non aedificandi, de todo o prédio, da variante à EN 342, Lousã, Góis, Arganil, e à ER 342, Arganil, Côja. Relativamente a esta estrada imaginária, aquilo que vai acontecer com esta caducidade de servidão administrativa, é que este assunto ficará morto e enterrado definitivamente, pese embora as



Assembleia Municipal

expectativas que foram criadas em tempo, para o nosso município e para os municípios que confinam connosco. Relativamente à estrada real, a 342, àquilo que temos actualmente, nomeadamente em relação ao troço entre Arganil e Côja, a empreitada de reperfilamento, o contrato foi já celebrado entre a Infra-estruturas de Portugal e o empreiteiro, foi celebrado em meados de Março; a informação que tenho é que esta empreitada de reperfilamento terá início no dia 4 de Maio, tem uma duração prevista de 4 meses, e quando concluída dá lugar à retoma dos trabalhos da empreitada que foi suspensa por causa dos problemas que aconteceram durante a obra. É este o ponto de situação.-----

-----Quero agradecer as palavras da senhora deputada Maria José Silva, concordo plenamente com tudo aquilo que disse, particularmente em relação à Mini-hídrica, e agradecer o trabalho que fez nesta matéria. Relativamente a esta questão da mini-hídrica, não posso deixar de referir também alguns apontamentos do senhor deputado António João Lopes; penso que estarão entretanto a ver a informação estatística relacionada com a energia hídrica e a produção eólica no distrito de Coimbra; aquilo que o senhor deputado António João Lopes disse há pouco, fica totalmente desmontado naquilo que é a informação estatística, ou seja, o grande argumento do senhor deputado António João Lopes é que a hídrica tem um nível de previsibilidade, é mais ou menos como fechar e abrir a torneira, e temos os males do mundo todos resolvidos; a realidade é que não é assim, basta ver aquilo que foi a evolução da produção de 2016 para 2017, no distrito de Coimbra, em que baixou cerca de 66%; isto significa um grau de imprevisibilidade muito grande, relativamente à produção hídrica e esta imprevisibilidade acontecerá cada vez mais, à medida que as alterações climáticas se façam sentir, com impacto directo ao nível da pluviosidade. A tal história da regularidade da produção hídrica infelizmente, não é uma situação real. Relativamente à produção eólica, aquilo que vemos no distrito é uma produção muito consistente, muito regular, estamos a falar de produção em gigawatts/hora muito significativa, nomeadamente em relação a 2019, quase que quadruplica aquilo que é a produção hídrica no distrito e a produção hídrica no distrito, nomeadamente com os grandes aproveitamentos do complexo Aguieira, Coiço, Fronhas, é um dos maiores empreendimentos do país; ainda assim, aquilo que é o potencial e aquilo que é a produção eólica no território, fica absolutamente clarificada com esta informação estatística. Penso que isto ajuda a resolver e a clarificar aquilo que são as dúvidas relacionadas com esta mini-hídrica do Vale das Botas.-----

-----Também não posso deixar de falar nisto, relativamente à questão da tarifa, de estar tabelado ou não estar tabelado, não é também conforme disse o senhor deputado António João Lopes; de facto, o Diploma que submeteu este procedimento ao mercado, em 2010, considerou uma tarifa fixa de 95€ por mgw/hora; se quiser fazer o exercício, aquilo que está considerado actualmente, do ponto de vista da tarifa do sobre-equipamento dos parques eólicos, é uma tarifa de 45€; isto significa uma coisa muito simples, é que nesta concessão de 45 anos, o Estado vai, durante



Assembleia Municipal

45 anos, andar a cobrir aquilo que é o défice tarifário porque também como todos sabemos, e o senhor sabe isso, a electricidade, a nós cidadãos, custa-nos menos do que este valor de 95€ por mgw/hora; a circunstância directa e imediata desta situação é o famoso défice tarifário que tem que ser pago por todos os cidadãos.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, fico satisfeito por ter suscitando esta situação, é sempre uma oportunidade para falar daquilo que são as soluções que estão em fase de implementação e, neste caso em concreto, desta situação de Arganil, do grande investimento de intervenção nos Sistemas da Alagoa e Feijoal, que passam a estar fundidos num único Sistema; é um investimento como sabem, que está a ser dinamizado no âmbito do Sistema Intermunicipal da Águas do Centro Litoral, e que ultrapassa os quatro milhões de euros. É um investimento que não está ainda concluído, é essa a razão, a razão de existir um investimento é resolver os problemas que existem, que existem há muito tempo, não é só na última dúzia de anos, existem seguramente há 30 anos estes problemas no concelho e refiro-me não só aos problemas desta zona, mas também do baixo concelho, eles persistem há cerca de 20 anos, é sempre importante percebermos que os investimentos que estão a ser concretizados e neste caso é um grande investimento, são investimentos que vão permitir resolver os problemas das pessoas, reconhecendo-se que os problemas existem, são eles que justificam o investimento, e fica absolutamente claro que é um investimento importante para o território e particularmente para os nossos concidadãos.-----

-----Relativamente à COVID 19 e à questão da estatística, senhor deputado Manuel Augusto, também não consigo perceber, mas a verdade é que a estatística oficial, naquilo que tem a ver com os números do concelho, anda com um atraso de uma semana; literalmente uma semana. O caso que foi conhecido no dia 16 apareceu nas estatísticas uma semana depois, e assim sucessivamente, o que significa, claramente, que as estatísticas da Direção Geral de Saúde, pelo menos no que diz respeito ao concelho de Arganil, estão desfasadas da realidade, não estão actualizadas. Fosse apenas o caso do concelho de Arganil, ficaríamos nós descansados, mas a realidade, nomeadamente do território da CIM, é que a estatística real é uma estatística que, nalguns picos, chega a ser 50% superior à estatística oficial; porque é que acontece, senhor deputado, eu também faço essa pergunta. Vejo todos os dias a senhora directora geral da saúde e a senhora ministra da saúde a prestarem informação estatística que, aquilo que todos que estamos neste meio sabemos, é que a estatística que no momento que está a ser apresentada e que o momento a que reportam, não é estatística real. Também gostava de perceber porquê, mas é a situação que existe.-----

-----Quero associar-me às palavras dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Secarias e da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, subscrevo tudo aquilo que disseram, bem como a senhora deputada Elisabete Oliveira, relativamente ao 25 de Abril e relativamente às comemorações.-----



Assembleia Municipal

-----Quero também aqui sublinhar as palavras que foram suscitadas pelo senhor deputado Christophe Coimbra, relativamente às medidas no âmbito da COVID 19 e particularmente pelo conhecimento do mérito das nossas empresas, quer aquelas que têm um estatuto de PME Excelência, como aquelas que têm o estatuto de PME Líder. Relativamente àquilo que está a ser feito nesta área, aquilo que é o entendimento dos autarcas que integram a Comunidade Intermunicipal é que deve haver uma posição em bloco nesta matéria, é nesse âmbito que temos vindo a trabalhar e a nossa estratégia colectiva, dos 19, passa por pressionar em unísono e pensamos que dessa forma a nossa voz, a voz da região, será mais ouvida. Relativamente à questão dos dados relacionados com o lay-off, com o número de trabalhadores afectados, é a informação que solicitámos já à Segurança Social e que ainda não nos foi disponibilizada, embora ainda ontem tive oportunidade de falar com a senhora directora e ela disse-me que estavam a tratar a informação para a disponibilizar. Relativamente àquilo que é ou que pode ser o papel do município, reconheço esse contributo, do atendimento por parte do município aos nossos empresários, e naturalmente que é um trabalho que temos vindo a fazer ao longo do tempo, nomeadamente no encaminhamento, na prestação de informação que temos vindo a fazer e que continuaremos a fazer. Relativamente àquilo que em concreto o município pode e deve fazer, de imediato, ou melhor eu diria as entidades públicas podem e devem fazer de imediato, é reduzir os prazos de pagamento e pagar, pagar, pagar a quem devem, não terem facturas em atraso, é importante que o dinheiro, nesta altura complicada, e percebendo que o que aí vem será ainda mais complicado, é importante que todas as entidades públicas que têm dívidas aos seus credores as paguem, porque esse dinheiro é importante para o funcionamento da economia. A par desta situação, e aquilo que nós temos vindo a fazer, já tínhamos prazos de pagamento muito reduzidos, vimos a intensificar os pagamentos aos nossos credores e, ao mesmo tempo, algo que também é muito importante para não entrarmos numa situação de paralisia económica, é que as entidades públicas e particularmente os municípios, mantenham as suas estratégias de investimento, porque nesta época, mais do que antes, é determinante que elas se mantenham.-----

-----Relativamente ao Rali de Portugal, aquilo que temos é uma posição significativamente consensual de que é sensato proceder ao seu cancelamento; efectivamente, mesmo que as consequências da pandemia ficassem mais ou menos controladas, a verdade é que as contingências na mobilidade das pessoas se vão manter, nomeadamente entre países, com fronteiras que vão continuar com muitas restrições; houve um entendimento consensualizado, da parte do ACP com as autarquias envolvidas, que recomenda este cancelamento da prova no ano de 2020, aliás, têm sido canceladas a nível internacional também outras provas.-----

-----Quero também agradecer as palavras da senhora deputada Sara Pedrosa.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ia permitir-me, porque acho que é aquilo que é mais relevante de todas as outras intervenções, ia concluir apenas falando da questão dos testes de diagnóstico, que na realidade, no caso da



Assembleia Municipal

Comunidade Intermunicipal, e do nosso caso, não são testes de diagnóstico, são testes de rastreio, com dois testes rápidos a serem aplicados em paralelo, um teste serológico e um teste de PCF, há já um diagrama articulado com os serviços da ARS; aquilo que foi consensualizado entre os autarcas da CIM e a Administração Geral de Saúde vai no sentido de se priorizar os funcionários das instituições que têm Lares, principalmente daquelas que funcionam no regime de casulo, ou seja, em que têm profissionais em permanência durante duas semanas e que mudam a equipa a cada duas semanas. Aqui a lógica, percebendo-se que o risco está na entrada de algum profissional nas instalações, a lógica é que antes de entrar a nova equipa, essa equipa seja testada para se fazer este rastreio, se houver indício de positividade então será feito num horizonte temporal muito curto o teste de diagnóstico através da zaragatoa. É por aqui que vamos começar, mas estes testes são para levar a todos os profissionais que têm um papel determinante nesta frente de trabalho, quer ao nível das instituições particulares de solidariedade social, dos Bombeiros, da GNR, dos Tribunais, dos funcionários dos grupos de risco do Município; é esta a estratégia que está determinada relativamente a esta matéria.”----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** “para referir uma questão no seguimento da intervenção da deputada Elisabete Oliveira, em relação às comemorações; eu também chamava a atenção para o facto de, independentemente da minha expectativa em relação à intensidade das comemorações do 25 de Abril por parte do Município não ser muito elevada, devo chamar à atenção que devia ter sido feito, apesar das contingências relacionadas com as obras no edifício da Câmara Municipal e também das que decorrem da situação relacionada com a pandemia, parece-me que a mera associação a um evento que envolve uma instituição privada reduz o papel que a autarquia deve ter na evocação do 25 de Abril; deixo aqui um desafio que me parece que o município deve agarrar, que é sabendo que dificilmente irá acontecer a Feira das Freguesias, que é um momento de grande reunião, de comunhão da comunidade arganilense, que pudesse nessa altura o município fazer com que a iniciativa pudesse acontecer nalgum tipo de evento transmitido virtualmente, que pudesse marcar na mesma esse momento, marcar a agenda mediática local, na internet, juntando sobretudo as associações que promovem um momento tão agregador, (como as filarmónicas), juntar num evento desses, marcando a altura e reforçando esta coisa de estarmos ligados a Arganil, estando em Arganil ou estando fora; acho que é importante ressaltar e é importante isso acontecer. Continuo a dizer, senhor Presidente, que acho que não devemos associar a participação das Juntas de Freguesia apenas à questão da manilha e da valeta, tenho a certeza que a participação das Juntas de Freguesia nestas reuniões vão para além da manilha e da valeta, e mesmo que os problemas das freguesias fossem só as manilhas e as valetas, muito bem estava o concelho.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** referindo que “o Senhor Presidente disse que o problema é antigo, eu sei que é, tem mais de 20 anos, mas este ano está pior; nunca aconteceu, pelo menos nos 15 anos que eu vivo naquela zona, o que está a acontecer este ano; e também não respondeu à questão colocada pelo deputado Miguel Dias, que diz que não lhe foi dada explicação para isto e continua hoje aqui a não ser dada explicação porque é que neste momento, no Inverno, em Março, Abril, continuamos a ter um défice brutal que nunca aconteceu, nem mesmo no Verão, e sobretudo à noite.-----

-----Já agora gostaria de saber, se pudesse dizer qual a fonte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, para dar esses dados, porque eu, enquanto profissional de saúde e trabalho em várias IPSS, preocupo-me com essas situações e tenho levantado questões e o caso que referiu na entrevista à Rádio Clube de Arganil, na quinta-feira, o caso com origem hospitalar, foi tomado conhecimento no dia 21 e no dia 22 ele passou a fazer parte da lista, aumentou de 6 para 7; gostaria que me dissesse qual é a fonte da Comunidade Intermunicipal.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** começando por dizer que, “em relação ao repto do deputado Miguel Pinheiro, acho que a maior prova e a maior intensidade que podemos dar às comemorações do 25 de Abril é o facto de estarmos hoje aqui todos a trabalhar para os nossos concidadãos; podíamos estar aqui numa sessão de discursos mais ou menos interessantes uns, outros mais ou menos entediantes, a verdade é que estamos aqui a trabalhar e a maior prova da intensidade das comemorações do 25 de Abril não podíamos dar do que é esta, de estarmos e continuarmos, nomeadamente e particularmente num dia que é feriado, de estarmos aqui a trabalhar para os nossos concidadãos.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, posso tentar explicar aquilo que me parece que é normal; como todos sabemos, foi determinado um estado de emergência, que obriga ao confinamento das pessoas e aquilo que tem acontecido neste período, é que as pessoas estão muito mais em casa do que estavam antes, do que estavam antes do estado de emergência e é natural que, estando mais em casa, também tenham consumos de água significativamente superiores; é exactamente isso que está a acontecer. Senhor deputado, estou a dar-lhe a explicação, o senhor se não quiser perceber, porque eu já percebi que as explicações não interessam, estou a dar-lhe a explicação concreta, o consumo disparou no mês de Março e no mês de Abril, são dados diários que recolhemos, que nos são fornecidos pela Águas do Centro Litoral, que, como sabe, é quem faz a exploração e está a fazer o abastecimento de água; o consumo disparou desde que as pessoas ficaram em casa e estamos a falar de um sistema cuja intervenção, cujo investimento, não está ainda concluído, não está ainda em exploração e se já estava antes no limite, naturalmente que aumentando o consumo, há problemas de falha de abastecimento. A justificação é muito simples, estamos a falar de algo que estava no limite, que no Verão, que era quando os consumos, tipicamente, disparavam, já



Assembleia Municipal

resultavam em queixas de cidadãos como o senhor, e outros que eram afectados por essa situação. Aquilo que temos estado a ter por estes dias é um nível de consumo, nalguns dias, superior ao consumo que se regista em dias de Verão; é natural, as pessoas estão mais em casa, consomem mais água e isso acontece nos volumes diários de distribuição de água. Essa justificação é muito clara. Naturalmente que, como disse há pouco, temos a decorrer um dos maiores investimentos na área do abastecimento de água e dos mais importantes para o concelho, está numa fase avançada, mas ainda não está concluído; aquilo que está previsto é que nos próximos 15 dias, um dos reservatórios novos, o seu enchimento seja iniciado, para ganhar alguma capacidade e para amortecer este consumo acrescido. Volto a dizer que a informação mais recente que tenho é que aquela empreitada ficará concluída dentro de dois meses; neste intervalo temporal de dois meses podem acontecer situações como as que aqui relatou.”-----

-----**A Moção contra a construção da Mini-Hídrica do Vale das Botas foi aprovada por maioria, com o voto contra do Senhor Deputado Municipal António João Lopes.**-----

ORDEM DO DIA

1 - Apreciação e votação da proposta de isenção do pagamento de taxas de publicidade e de ocupação do espaço público – Estabelecimentos de actividades de comércio, serviços e restauração – Medidas decorrentes da aplicação do estado de emergência.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/108, datada de 26/03/2020, da chefe de divisão Ângela Marques, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Serve o presente para, conforme solicitado por V. Exa., prestar a seguinte informação:-----

-----Considerando:-----

• Que o Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, veio regulamentar a aplicação do estado de emergência decretado pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, ocasionada pela doença COVID -19 enquanto pandemia internacional;-----

• Que o referido Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, procedeu à criação de um conjunto de medidas, designadamente em matéria limitação de circulação na via pública e de funcionamento ou suspensão de determinados tipos de instalações,



Assembleia Municipal

estabelecimentos e atividades, com o intuito de conter a transmissão do vírus e conter a expansão da doença COVID -19;-----

- Que a implementação destas medidas têm um impacto significativo sobre a atividade económica, podendo as empresas confrontar-se com dificuldades em cumprir as suas obrigações, face à verificação de situações de encerramento temporário ou diminuição temporária da atividade ocorridas durante o período de vigência do estado de emergência;-----

- Que, na sequência das medidas extraordinárias que o Município de Arganil tem vindo a adotar para mitigar o impacto social e económico da pandemia de COVID-19, também pretende dar um contributo e estímulo de apoio aos comerciantes locais, cujos rendimentos dependem diretamente da sua atividade, através da isenção temporária do pagamento das taxas de publicidade e ocupação do espaço público,---

-----Considerando ainda:-----

- Que, nos termos do artigo 8º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, Jurídico, aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, na atual redação, as taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo que deverá conter, obrigatoriamente, as isenções e sua fundamentação;

- Que o Regulamento Geral e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Arganil, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 156, de 13 de agosto de 2012, no seu artigo 7º (Isenções), não prevê a possibilidade da isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público e de publicidade nos termos atrás mencionados;-----

- Que a competência para a aprovação de taxas e correspondentes isenções pertence à Assembleia Municipal, conforme resulta da alínea b) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na atual redação,-----

-----Submete-se à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido desta deliberar submeter, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na atual redação, à aprovação da Assembleia Municipal, para os efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na atual redação, a isenção temporária do pagamento de taxas de publicidade e ocupação do espaço público dos estabelecimentos de atividades de comércio, serviços e restauração.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “temos vindo, como foi há pouco referido, de uma forma bastante completa pela senhora deputada Sara Pedroso, a implementar um conjunto de medidas de mitigação das consequências desta pandemia; a situação que trazemos aqui à apreciação da Assembleia Municipal é esta isenção temporária de pagamento de taxas de publicidade e de ocupação do espaço público dos estabelecimentos de actividades de comércio, serviços e restauração.-----



Assembleia Municipal

-----Entretanto foi-me prestada informação acerca da redução das tarifas de abastecimento de água, que trazíamos também para apreciação, que se trata de uma competência que está na esfera da Câmara e por isso peço-lhes que tomem apenas conhecimento, não sendo para votar.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/108/2020, aprovar a proposta da Câmara Municipal, de isenção do pagamento de taxas de publicidade e de ocupação do espaço público – Estabelecimentos de actividades de comércio, serviços e restauração – Medidas decorrentes da aplicação do estado de emergência, durante os meses de Abril, Maio e Junho/2020.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

2 – Apreciação e votação da Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, realizado entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito do projecto 3 do Espaço Económico Europeu (EEE) Programa 2014 – 2021.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/121, datada de 08/04/2020, da chefe de divisão Ângela Marques, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----A Câmara Municipal de Arganil, em reunião ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 2020, deliberou propor à Assembleia Municipal a apreciação e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito do projeto 3 do Espaço Económico Europeu (EEE) Programa 2014–2021.-----

-----Entretanto, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra solicitou a substituição da mencionada minuta devido ao facto de ter sido detetada a existência do seguinte lapso na alínea d) do nº 1 da Cláusula 4ª: onde se lê “€ 248.792,00”, deverá ler-se “€138.251,00”.-----

-----Em conformidade com o atrás exposto, submete-se à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido desta propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do nº 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proceda à apreciação e votação da minuta, que se anexa, relativa ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito do projeto 3 do Espaço Económico Europeu (EEE) Programa 2014 – 2021.-----

-----À Consideração Superior,-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que “estamos a falar de um projecto que envolve uma dotação financeira superior a dois milhões de euros na área do Rio Ceira, envolve o território dos municípios de Arganil, Pampilhosa da Serra, Góis e Lousã; ao mesmo tempo há um conjunto de intervenções, algumas de monitorização, outras de intervenção no património, outras ainda de regeneração das galerias ripícolas, projectos de reabilitação de rio; estamos a falar de uma ampla intervenção que, para além da participação directa dos municípios, conta também com a intervenção directa da Agência Portuguesa do Ambiente e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Dentro daquilo que é a componente de execução dos municípios o entendimento que consensualizámos é que sendo no caso destes quatro municípios, deste grupo de que fazemos parte, sendo intervenções relativamente similares, sendo o rio um único, que se justificaria que estas intervenções da responsabilidade dos municípios, no âmbito da candidatura, fossem concretizadas pela Comunidade Intermunicipal. É isso que estamos a fazer, cada uma das autarquias a propor esta delegação de competências do município na Comunidade Intermunicipal. No nosso caso, estamos a considerar um valor global que é delegado na Comunidade Intermunicipal de 253.270,00€, que é depois distribuído por quatro componentes, que estão devidamente listadas na cláusula 4ª do Protocolo.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/121/2020, aprovar a Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, realizado entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito do projecto 3 do Espaço Económico Europeu (EEE) Programa 2014 – 2021.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

3 - Apreciação e votação da proposta de Declaração de Interesse Municipal para a construção do equipamento de apoio à Praia Fluvial da Peneda da Talhada, pertencente à freguesia de Secarias.-----

-----Presente a informação INF/DGU/258, datada de 08/04/2020, do técnico superior Pedro Simões, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Sobre o assunto supramencionado, informa-se Vossa Ex.^a, do seguinte:-----

-----O Município de Arganil pretende proceder, à conclusão das obras relativas à construção do equipamento de apoio à Praia Fluvial da Peneda da Talhada, pertencentes à freguesia de Secarias.-----

-----Em resultado da análise da presente pretensão, verificou-se que esta quanto à localização face às áreas de restrição de utilidade pública, Reserva Ecológica



Assembleia Municipal

Nacional (REN), se encontra condicionado por REN na tipologia – Zonas Ameaçadas por Cheias e Áreas de Máxima Infiltração.-----

-----Considerando os critérios estabelecidos na Portaria n.º419/2012 de 20/12, em particular na subalínea i) da alínea b) do item IV, a presente existência encontra-se em desconformidade com a descrita norma.-----

-----Dado o acima exposto e de acordo com artigo 21.º do citado Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), “nas áreas de REN podem ser realizadas ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho conjunto do membro do governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na REN”.-----

-----Torna-se assim necessário, proceder à instrução de ação de relevante interesse público por forma a viabilizar a descrita pretensão. Considerando para o efeito a Norma de Procedimento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, GT/04 - Outubro 2016 (Anexo 1), é elemento instrutório a emissão de Declaração de Interesse Municipal, que será concretizada pela Assembleia Municipal.-----

-----Verificou-se ainda, que o presente foi sujeito a deliberação de Reunião de Câmara de 4 de Maio de 2001, no entanto, por razões desconhecidas não foi submetido à votação da Assembleia Municipal, pelo que dado o desfasamento temporal, remete-se novamente à consideração da Câmara a presente proposta a fim de ser votada em Assembleia Municipal (Anexo 2).-----

-----Enquadramento IGT:-----

-----PDM (Primeira revisão PDM de Arganil Aviso n.º10298/2015 publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 176 — 09/09, e seguintes correções materiais Aviso n.º4888/2016, n.º72 de 13/04 e Aviso n.º1486/2018, n.º22 de 31/01, ambos com publicação na 2ª série o Diário da República)-----

-----Em termos de carta de ordenamento, os prédios objetos da presente pretensão encontram-se inserido na classe de solo rural, na classe funcional de espaço florestal de produção e espaço de ocupação turística, sendo que a edificação proposta se encontra implantada sobre as duas classes de solo, procede-se à verificação da conformidade com as duas.-----

-----Assim, de acordo com a alínea c) do art.29º do PDMA, não se vê inconveniente quanto ao uso proposto – equipamento de apoio às zonas de recreio.-----

-----A classe funcional de ocupação turística não prevê o presente uso. No entanto a presente classificação, apesar de se encontrar no mesmo nível (classe funcional), do espaço florestal de produção, esta é trata-se de um “uso múltiplo, em atividades compatíveis com os espaços agrícolas, florestais ou naturais”, n.º1 do art.23º do DR 15/2015 de 19/08.-----

-----Em termos de regime de edificabilidade, de acordo com o n.º1 do art.30º do Regulamento do PDM, deverá cumprir-se com o seguinte:-----



Assembleia Municipal

-----“A instalação de infraestruturas que pela sua natureza não se possam localizar em solo urbano, nomeadamente ETARs, ecocentros ou subestações, postos de transformação, parque eólicos e outras, devem observar as disposições ambientais e paisagísticas decorrentes dos respetivos processo de licenciamento junto das entidades competentes, sendo as regras e os parâmetros urbanísticos aqueles que resultem das condições de funcionalidade e de operacionalidade exigidas ao normal funcionamento dessas infraestruturas específicas”-----

-----No que respeita ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), verifica-se que para o local da intervenção existe uma faixa de gestão de combustível, conforme estipulado pelo art.22º do PDMA.-----

-----De salientar que, considerando o enquadramento dos instrumentos de gestão territorial aplicável (PDM) e no caso de ampliação da edificação existente, de acordo com a alínea c) do n.º4 do art.16º do DL 124/2006 de 28/06, na sua atual redação, a presente pretensão carece de parecer vinculativo do CMDF (Comissão de Municipal de Defesa da Floresta).-----

-----Confirma-se ainda que para o local conforme classificado pelo PMDFCI, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º1 do art.15º do PDMA, o local possui a categoria de risco de incêndio muito baixa.-----

-----Dado o enquadramento, o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais deverão ser resolvidos por sistemas autónomos, que no caso do abastecimento de águas deverá ser devidamente acompanhado por autorização de utilização dos recursos hídricos, emitida pela APA, para consumo humano, ou no caso de extensão as despesas das mesmas serão custeadas pelo requerente, de acordo com o n.º2 do art.º15 do PDMA, exceto no caso deste já se encontrar servido pelas descritas infraestruturas.-----

-----SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.---

-----Quanto à localização face às áreas de restrição de utilidade pública: Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), verifica-se que o prédio se encontra condicionado por REN na tipologia – Zonas Ameaçadas por Cheias e Áreas de Máxima Infiltração. Estando sujeito a comunicação prévia junto da CCDR-C, conforme previsto pela alínea b) do item VII, anexo II do RJREN.-----

-----Mais se verifica que a pretensão se insere na estrutura ecológica municipal – Corredor Ecológico Estruturantes (ERPVA), pelo que deverá cumprir com o disposto na Secção V do regulamento do PDMA. Devendo cumprir com o disposto no n.º1 do art.20º, i é, “podem admitir-se usos e funções urbanas, incluindo edificação, desde que cumprindo o regime de ocupação previsto para a respetiva categoria ou subcategoria de espaço, e sem prejuízo das condicionantes em vigor”.-----

-----De acordo com o Relatório Ambiental, constante do referido regulamento, “sendo a ERPVA definida no PROTC por áreas nucleares e corredores ecológicos (presente caso) e encontrando-se na presente proposta de revisão do Plano definida uma EEM que integra a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional, os espaços afetos ao Regime Florestal e os espaços que integram a Rede Natura



Assembleia Municipal

2000, considera-se que estão salvaguardados os valores fundamentais que assistem ao conceito de ERPVA” (sublinhado nosso).-----

-----Assim, considerando o exposto e apesar da proposta, não implicar uma alteração da ampliação ou alteração de uso da edificação, torna-se fundamental o parecer da CCDR-C, por forma a salvaguardar o cumprimento do art.20º do PDMA.--

-----Verifica-se que a pretensão se localiza em área de servidão administrativa, por se inserir na Zona de Proteção da do Castro da Lomba do Canho (CNS: 75 - Castro da Lomba do Canho), pelo que carece de parecer da Direção-Geral do Património Cultural, sendo este revestido de carácter vinculativo, conforme previsto pelo n.º4 do art.43º da Lei n.º107/2001 de 8/09.-----

-----Deverá solicitar parecer junto da Agência Portuguesa do Ambiente, uma vez que o anexo se encontra a menos de 10 metros da linha de água, conforme previsto pelo n.º2 do art.21º da Lei 54/2005 de 15/11.-----

-----Em anexo, seguem os extratos de ordenamento (PDM), condicionantes (REN, RAN e Património) e hidrologia (Anexo 3).-----

-----Proposta para Declaração de Interesse Municipal:-----

-----A área de intervenção que se encontra condicionada por REN, corresponde a cerca de 2.500m², tendo a edificação cerca de 101,4m², não resultando em qualquer prejuízo para o meio ambiente;-----

-----A presente intervenção visa a melhoria das condições de acessibilidade e o estabelecimento de equipamento de apoio balnear a um espaço de enorme beleza natural, e que constitui um dos locais identificados a incluir na lista de Águas Balneares interiores.-----

-----A identificação desta água balnear, justifica-se dado ser um local com considerável afluência de banhistas durante os meses de verão, no entanto a mesma, ainda não reúne as condições necessárias para Praia de Banhos, vindo a presente proposta responder a esta lacuna.-----

-----Com a presente proposta, promove-se a preservação do meio ambiente, dada a criação de instalações sanitárias, garantindo assim as necessárias condições de salubridade.-----

-----Face ao exposto, propõe-se a Vossa Ex.^a o envio à reunião da Câmara Municipal a presente proposta de declaração de interesse municipal para a construção do equipamento de apoio à Praia Fluvial da Peneda da Talhada, pertencentes à freguesia de Secarias, para a sua aprovação e posterior envio para Assembleia Municipal, para que o interesse municipal seja declarado sobre a pretensão.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “como é do conhecimento de todos, e temos prestado esta informação no âmbito da Assembleia Municipal, temos vindo a trabalhar no sentido de retomar a zona balnear da Peneda da Talhada, temos um projecto contratado e aquilo que foi apreciado em determinado momento, junto da Agência Portuguesa do Ambiente, era a



Assembleia Municipal

possibilidade, porque quem conhece a zona sabe que o espelho de água lá tem uma altura muito reduzida, foi a possibilidade de ser construída uma pequena represa, um pequeno açude, que pudesse ajudar a ganhar espelho de água. Aquilo que me foi transmitido nessa reunião foi que existe actualmente uma linha dentro da Agência Portuguesa do Ambiente, que não concorda com estas intervenções de rio, que entende que um açude contribui para a alteração da massa de água e que é algo que não deve ser construído. Naturalmente que, quando vemos quase ao lado esta proposta e esta ideia de ser construído um paredão de 14 metros de altura para uma Mini-hídrica, ficamos um bocado estupefactos com a questão dos critérios, mas ainda assim, aquilo que percebemos é que não vale a pena insistir numa solução de construção de açude; a proposta que nos foi apresentada passa por intervenções mais de cariz natural, que permitam ganhar alguma altura no espelho de água. Isto leva-nos também à circunstância do Apoio de Praia; como sabem, este nosso projecto considerava também a construção de um apoio de praia; como alguns sabem está neste momento naquela zona uma construção semi iniciada e semi destruída, uma construção que teve lugar entre 2000 e 2001, que não foi concluída, que estava em situação irregular, e aquilo que estamos a tentar, com esta proposta de declaração de interesse público municipal, é tentar a legalização daquilo que lá está construído para procedermos à respectiva reabilitação e intervenção, no sentido de ser um apoio de praia para uma zona balnear que pretendemos dinamizar na Peneda da Talhada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Secarias** para dizer que “realmente não se compreende como é que a APA aprova ou quer aprovar a construção da mini-hídrica e ponha problemas a uma pequena represa. Quanto ao pedido de declaração de interesse municipal para a construção de equipamento de apoio à Praia Fluvial da Peneda da Talhada, o executivo da freguesia congratula-se com esta iniciativa do município, que a nosso dever peca por tardia, mas como se costuma dizer, vale mais tarde que nunca.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DGU/258/2020, aprovar a proposta de Declaração de Interesse Municipal para a construção do equipamento de apoio à Praia Fluvial da Peneda da Talhada, pertencente à freguesia de Secarias.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos quarto ao sexto fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.**-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “relativamente a esta Adenda ao Contrato Programa nº 32/2012, com a Freguesia de Secarias, aquilo que entendemos, para concluir este contrato, foi de alterar o objecto, o objecto do contrato era a Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira, passamos a considerar como objecto o revestimento do Caneiro na Praia Fluvial da Cascalheira, isto permitirá fazer a conclusão deste Contrato Programa.-----

-----Relativamente às Adendas dos Contratos Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, começar pelo 13/2017, em que estamos a considerar a redução do objecto, deixando de constar a substituição da sinalética, que estava na versão original do Contrato Programa e também concretizar uma redução de valor de 20 mil euros para 12 mil euros. Por seu lado, o Contrato Programa nº 11/2020, o objectivo é aumentar o objecto do contrato, que passa a incluir todas as intervenções que tinha, mais o arranjo da Rua Dr. José Alberto de Oliveira, em Côja e o financiamento também é alterado para 47.600,00€. Esta alteração de valor acontece pela afectação dos 8 mil euros do outro Contrato Programa e por um reforço de 5 mil euros.”-----

4 - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato-Programa nº 32/2012, celebrado com a Freguesia de Secarias.-----

-----Presente a informação INF/DAGFSF/43, datada de 27/02/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 32/2012 celebrado com a Freguesia de Secarias, o qual foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 16 de outubro de



Assembleia Municipal

2012, no montante de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira.”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 32/2012, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos de “Revestimento do Caneiro da Praia Fluvial da Cascalheira.”-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/43/2020, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa n.º 32/2012, celebrado com a Freguesia de Secarias.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

5 - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato-Programa n.º 11/2020, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Presente a informação INF/DAGFSF/66, datada de 08/04/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 11/2020 celebrado com a União de Freguesias de Côja e Barril do Alva, o qual foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 15 de fevereiro de 2020, sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 03 de fevereiro de 2020, no montante de 34.600,00€ (trinta e quatro mil e seiscentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Pavimentação na aldeia da Esculca; Intervenção na Rua das Covas, relativamente às águas pluviais;



Assembleia Municipal

Vedações em Barril do Alva e Esculca; Reabilitação do pavimento da Praça junto ao Pelourinho; Execução de pavimentos em paralelos na Rua Joaquim Mendes Oliveira; Execução de pavimentos em paralelos na Rua da Levada; Execução de pavimentos em paralelos na Rua Coberto - Pisão; Execução de pontão na Ribeira do Pisão (Prado).”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 11/2020, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos de “Pavimentação na aldeia da Esculca; Intervenção na Rua das Covas, relativamente às águas pluviais; Vedações em Barril do Alva e Esculca; Reabilitação do pavimento da Praça junto ao Pelourinho; Execução de pavimentos em paralelos na Rua Joaquim Mendes Oliveira; Execução de pavimentos em paralelos na Rua da Levada; Execução de pavimentos em paralelos na Rua Coberto -Pisão; Execução de pontão na Ribeira do Pisão (Prado); Arranjo da Rua Dr. José Alberto de Oliveira em Côja” e a comparticipação financeira a prestar pelo Município de Arganil à União de Freguesias de Côja e Barril de Alva para apoio ao cumprimento deste objeto corresponde a 47.600,00€ (quarenta e sete mil e seiscentos euros).-----

-----Assim, da cláusula 1ª passará a constar o seguinte: “O presente contrato tem por objeto a comparticipação financeira à União de Freguesias de Côja e Barril do Alva para apoio à execução dos trabalhos de “Pavimentação na aldeia da Esculca; Intervenção na Rua das Covas, relativamente às águas pluviais; Vedações em Barril do Alva e Esculca; Reabilitação do pavimento da Praça junto ao Pelourinho; Execução de pavimentos em paralelos na Rua Joaquim Mendes Oliveira; Execução de pavimentos em paralelos na Rua da Levada; Execução de pavimentos em paralelos na Rua Coberto - Pisão; Execução de pontão na Ribeira do Pisão (Prado); Arranjo da Rua Dr. José Alberto de Oliveira em Côja.”-----

-----Da cláusula 2ª, n.º 1 passará a constar o seguinte: “A comparticipação financeira a prestar pelo Município de Arganil à União de Freguesias de Côja e Barril de Alva para apoio ao cumprimento do objeto referido na cláusula anterior, corresponde a 47.600,00€ (quarenta e sete mil e seiscentos euros), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 25 de abril de 2020, sob proposta da Câmara Municipal tomada em reunião de 21 de abril de 2020, a qual se encontra cabimentada sob o n.º 24297 e comprometida sob o n.º 26297.”-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/66/2020, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa n.º 11/2020, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

6 - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato-Programa nº 13/2017, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Presente a informação INF/DAGFSF/65, datada de 08/04/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 13/2017 celebrado com a União de Freguesias de Côja e Barril do Alva, o qual foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 18 de fevereiro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 13 de fevereiro de 2017, no montante de 20.000,00€ (vinte mil euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Reparação de rua do Adro (Côja), melhoramento do acesso às Corgas do Pisão, pavimentação de parte da rua adjacente à antiga Escola (Esculca) e substituição de sinatética.”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 13/2017, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos de “Reparação de rua do Adro (Côja), melhoramento do acesso às Corgas do Pisão, pavimentação de parte da rua adjacente à antiga Escola (Esculca)” e a comparticipação financeira a prestar pelo Município de Arganil à União de Freguesias de Côja e Barril de Alva para apoio ao cumprimento deste objeto corresponde a 12.000,00€ (doze mil euros).-----

-----Assim, da cláusula 1ª passará a constar o seguinte: “O presente contrato tem por objeto a comparticipação financeira à União de Freguesias de Côja e Barril do Alva para apoio à “Reparação de rua do Adro (Côja), melhoramento do acesso às Corgas do Pisão, pavimentação de parte da rua adjacente à antiga Escola (Esculca)”-----

-----Da cláusula 2ª, nº 1 passará a constar o seguinte: “A comparticipação financeira a prestar pelo Município de Arganil à União de Freguesias de Côja e Barril de Alva



Assembleia Municipal

para apoio ao cumprimento do objeto referido na cláusula anterior, corresponde a 12.000,00€ (doze mil euros), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 25 de abril de 2020, sob proposta da Câmara Municipal tomada em reunião de 21 de abril de 2020, a qual se encontra cabimentada sob o n.º 15945 e comprometida sob o n.º 17075.”-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/65/2020, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa n.º 13/2017, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos sétimo ao décimo terceiro fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Presente a informação INF/DAGFSF/69, datada de 14/04/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal -art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniãos de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Folques, S. Martinho da Cortiça, Secarias, Benfeita, Piódão, Uniãos de Freguesias de Cepos e Teixeira, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende



Assembleia Municipal

62.500,00€, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

• Objeto e Valor das participações:-----

---Freguesia de Folques: “Remodelação da antiga escola primária de Folques – 2ª Fase”: 10.000,00€ (dez mil euros);-----

---Freguesia de Pombeiro da Beira: “Reabilitação do Largo no Servo”: 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros)-----

---Freguesia de S. Martinho da Cortiça: “Manutenção e reparação das bocas-de-incêndio da Freguesia”: 17.500,00€ (dezasete mil e quinhentos euros);-----

---Freguesia de Secarias: “Recuperação dos estragos causados pelas cheias do último inverno na Praia Fluvial da Cascalheira” : 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros);-----

---Freguesia de Benfeita: “Abate de pinheiros e outros tipos de árvores nas bermas das estradas da freguesia; Beneficiação dos acessos à praia fluvial de Benfeita”: 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros);-----

---União de Freguesias de Cepos e Teixeira: “Reconstrução de muro suporte da estrada de acesso ao cemitério da Teixeira”: 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros);

---União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz: “Reparação dos gradeamentos destruídos pelos incêndios de 2017 em Vila Cova de Alva, Casal de S. João e Vinhó”: 10.000,00€ (dez mil euros).-----

• Prazo de Vigência:-----

-----Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes.-----

• Pagamento:-----

-----Prestações: 1.ª Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.ª Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

• Prazo de cumprimento: -até ao final de 2020-----

• Incumprimento:-----

-----A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos.-----

• Acompanhamento e controlo:-----

-----O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexo minuta dos contratos programa.-----

-----À Consideração Superior,-----

7 – Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a participar financeiramente as obras de abate de pinheiros e outro tipo de árvores nas bermas das estradas da freguesia e beneficiação dos acessos à Praia Fluvial da Benfeita, a realizar pela Junta de Freguesia.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/69/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Benfeita.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

8 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Folques, com vista a compartilhar financeiramente as obras de remodelação da antiga escola primária de Folques – 2ª fase, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/69/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Folques.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

9 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, com vista a compartilhar financeiramente as obras de manutenção e reparação das bocas de incêndio da freguesia, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/69/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

10 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente as obras de recuperação dos estragos causados pelas cheias do último inverno, na Praia Fluvial da Cascalheira, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/69/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Secarias.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

11 - Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de reconstrução de muro de suporte da estrada de acesso ao cemitério de Teixeira, a realizar pela União das Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/69/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

12 - Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a compartilhar financeiramente as obras de reparação dos gradeamentos destruídos pelo incêndio de Outubro de 2017, em Vila Cova de Alva, Casal de S. João e Vinhó, a realizar pela União das Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/69/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

13 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de reabilitação do Largo em Servo, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/69/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Pombeiro da Beira.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos décimo quarto ao vigésimo sexto fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.**-----

-----Presente a informação INF/DAGFSF/70, datada de 14/04/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----



Assembleia Municipal

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º 6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias, União de freguesias e Associação de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta dos protocolos de cooperação (contratos programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Sarzedo, Secarias, São Martinho da Cortiça, União de Freguesias de Cepos e Teixeira; Cerdeira e Moura da Serra; Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos de silvicultura, no valor total de 44.352,00€, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

-----Objeto e Valor das comparticipações:-----

---Freguesia de Arganil: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 6.036,00€ (seis mil e trinta e seis euros);-----

---Freguesia de Benfeita: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 3.564,00€ (três mil, quinhentos e sessenta e quatro euros);-----

---Freguesia de Celavisa: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 792,00€ (setecentos e noventa e dois euros);-----

---Freguesia de Folques: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 3.000,00€ (três mil euros);-----

---Freguesia de Piódão: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 5.028,00€ (cinco mil e vinte e oito euros);-----

---Freguesia de Pomares: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 4.884,00€ (quatro mil oitocentos e oitenta e quatro euros);-----

---Freguesia de Sarzedo: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 1.776,00€ (mil, setecentos e setenta e seis euros);-----

---Freguesia de Secarias: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 648,00€ (seiscentos e quarenta e oito euros);-----

---Freguesia de São Martinho da Cortiça: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 3.492,00€ (três mil quatrocentos e noventa e dois euros);-----



Assembleia Municipal

---União de Freguesias de Cepos e Teixeira: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva” : 5.388,00€ (cinco mil, trezentos e oitenta e oito euros);-----
---União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 4.116,00€ (quatro mil, cento e dezasseis euros);-
---União de Freguesias de Coja e Barril de Alva: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 4.152,00€ (quatro mil, cento e cinquenta e dois euros);-----
---União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz: “Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva”: 1.476,00€ (mil, quatrocentos e setenta e seis euros);-----
-----Prazo de Vigência: Data da Assinatura dos contratos até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----
-----Pagamento: O pagamento da verba prevista no ponto anterior será efetuado até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;-----
-----Prazo de cumprimento: 180 dias;-----
-----Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----
-----Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----
-----Anexo minutas dos contratos programa.-----
-----À Consideração Superior,-----

14 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Arganil,
com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

15 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Benfeita,
com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Benfeita.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

16 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Celavisa, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Celavisa.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

17 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Folques, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Folques.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

18 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Piódão.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

19 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Pomares.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

20 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

21 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Sarzedo, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Sarzedo.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

22 – Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Secarias.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

23 – Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

24 – Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

25 – Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

26 – Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/70/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos vigésimo sétimo ao trigésimo primeiro fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.**-----



Assembleia Municipal

-----Presente a informação INF/DAGFSF/67, datada de 13/04/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----
-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias do Piódão, Pomares, Secarias, Benfeita, União de Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista à comparticipação financeira para assistência a banhistas da praia fluvial, no valor total de 21.525,00€ (vinte e um mil, quinhentos e vinte e cinco euros), para a qual existe dotação disponível no orçamento municipal na rubrica 04050102 – Freguesias, conforme informação de cabimento anexa, contendo as cláusulas que neles deverão ficar consignadas, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

- Objeto e Valor das comparticipações:-----
 - Freguesia de Piódão; “Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial do Piódão”: 6.642,00€ (seis mil, seiscentos e quarenta e dois euros);-----
 - Freguesia de Secarias; “Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Cascalheira -Secarias”: 4.182,00€ (quatro mil cento e oitenta e dois euros);-----
 - União de Freguesias de Côja e Barril de Alva; Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Côja”: 4.182,00€ (quatro mil cento e oitenta e dois euros);-----
 - Freguesia de Pomares; “Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Pomares”: 4.428,00€ (quatro mil, quatrocentos e vinte e oito euros);-----
 - Freguesia de Benfeita; “Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Benfeita”: 2.091,00€ (dois mil e noventa e um euros).-----
- Prazo de Vigência: Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----
- Pagamento: 100 % do valor até 30 (trinta) dias após o cumprimento total do objeto do contrato e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa;-----



Assembleia Municipal

- Prazo de cumprimento: 60 dias;-----
 - Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----
 - Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----
- Anexo minutas dos contratos programa e informação de cabimento.-----
-----À Consideração Superior,-----

27 – Celebração de Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Piódão,
com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/67/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Piódão.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

28 – Celebração de Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Pomares,
com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/67/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Pomares.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

29 – Celebração de Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Secarias,
com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/67/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Secarias.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

30 – Celebração de Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Benfeita,
com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/67/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Benfeita.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

31 – Celebração de Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a comparticipar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação INF/DAGFSF/67/2020, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

32 - Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019, nos termos da alínea i) do nº 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Presente um exemplar dos documentos de Prestação de Contas em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, o qual é arquivado na Secção Financeira.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para fazer a apresentação dos documentos de Prestação de Contas e do ponto seguinte, aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2019;-----

-----“Vou socorrer-me de uma apresentação que sintetiza os aspectos essenciais da Prestação de Contas e da aplicação dos resultados, começando como é habitual, pela matéria relativa à certificação das contas. Na Certificação das Contas mantêm-se as reservas relacionadas com a avaliação do imobilizado; como sabem não é prática proceder-se à avaliação do todos os bens, nomeadamente aqueles que, cuja antiguidade, por um lado, existe e, por outro lado, não houve trabalhos de concretização dessa avaliação, reconhecendo que é um exercício muito complicado nomeadamente nalguns tipos de imobilizado; o caso mais concreto são as estradas em terra batida. Há também uma circunstância relacionada com uma alteração, ou melhor, um recálculo da amortização dos bens inventariados, aquilo que em articulação com os auditores, se entendeu foi que existiam bens cuja taxa de depreciação considerada era ridícula, nem sequer era prática, e houve uma



Assembleia Municipal

conformação com aquilo que é a realidade e com aquilo que é a vida útil destes bens.-----

-----Um outro aspecto que é determinante para o funcionamento da autarquia, aquilo que tem a ver com a estrutura de Recursos Humanos houve o aumento do número de trabalhadores de 2018 para 2019, não está transparecido aqui neste gráfico, mas o diferencial é de 7 trabalhadores, se a memória não me falha, que grosso modo, seis, estão relacionados com contratos de avença, no âmbito dos projectos específicos do fundo do asilo, e no âmbito do processo da promoção do sucesso escolar, uma candidatura no âmbito da CIM; essa é a principal justificação para a alteração de números no que tem a ver com os trabalhadores. Um outro aspecto que tem sempre significado é o absentismo dos trabalhadores, em 2019 registaram-se 5723 ausências, a maior parte, 70,85%, por doença; aquilo que também constatamos é que a parentalidade é superior nos funcionários do regime da Segurança Social, provavelmente porque em termos médios, o escalão etário é mais reduzido e, ao mesmo tempo, as faltas por doença acontecem mais nos trabalhadores que estão no regime da Caixa Geral de Aposentações. Isto resultou numa taxa de absentismo de 11,82% no ano de 2019. Aqui tem uma comparação das principais causas, a parentalidade evoluiu, aqui eu diria que é uma causa positiva, as ausências, por via da parentalidade, aumentaram de 6% para 10,5%, significa que há mais crianças ao nível dos nossos colaboradores. Ao nível da doença o número teve uma oscilação de pouco mais de 1%, não tem significado. Ao nível dos acidentes em serviço houve uma redução para cerca de metade, face àquilo que tinha acontecido em 2018.-----

-----Quereria falar mais uma vez, isto é bem pertinente nomeadamente também já ao nível do impacto que tem nalgumas freguesias, aquilo que acontece na Administração Local, que é ao mesmo tempo que os municípios suportam uma taxa de 23,75% para a Caixa Geral de Aposentações, é a mesma taxa que se suporta com os trabalhadores do regime da Segurança Social, e é a mesma taxa que qualquer empresa de também suporta; ao mesmo tempo que isto acontece, no caso dos trabalhadores que estão no regime da Caixa Geral de Aposentações, são os municípios que têm que suportar directamente os custos com o abono de família, as remunerações em doença, as remunerações em parentalidade, algumas situações de aposentação, nomeadamente enquanto estão à espera de situação definitiva, e demora sempre cerca de um ano, situações de gravidez de risco, interrupções de gravidez, assistência a filhos, são também suportadas directamente pelos municípios, e para além do mais, como se não fosse suficiente, também os municípios, sob o universo total de trabalhadores, têm que contribuir para o Serviço Nacional de Saúde e para os Serviços Regionais de Saúde, com 62,44% do custo per capita do Serviço Nacional de Saúde, que anda em cerca de 1000 euros por ano, e para além desta circunstância os municípios ainda suportam, no âmbito da ADSE, aquilo que tem a ver com os reembolsos e com as participações. Aos municípios



Assembleia Municipal

é exigido um esforço contributivo muito superior àquele que é exigido às empresas do sector privado, algo que se revela bastante incompreensível.-----

-----Passando em concreto para a situação financeira, ao nível da execução orçamental, a receita registou uma execução, em termos absolutos, de 19,438 milhões de euros, esta execução absoluta faz do ano de 2019 o ano com a execução mais elevada de sempre, em termos percentuais a taxa foi de 72,17%. Ao nível da despesa a execução em termos absolutos, foi de 18,73 milhões de euros, também neste capítulo da despesa, a execução mais elevada de sempre, por parte do município, bem representada no desempenho ao nível da despesa de capital e resultou isto numa taxa de execução em termos percentuais de 69,54% face àquilo que era a previsão. Este é o gráfico que representa aquilo que acabei de dizer, a evolução da execução da receita em termos percentuais, que vale o que vale, ainda assim é um exercício que se justifica fazer, mas mais importante do que o exercício da execução em termos percentuais é o exercício da execução em termos absolutos e este gráfico é exemplificativo do bom desempenho do município no ano de 2019, diria mesmo, do excelente desempenho do município no ano de 2019, com esta execução mais elevada de sempre na história do município de Arganil. Ao nível da execução da despesa, para a receita, sendo dados relevantes e significativos, vale a pena olharmos para aquilo que é a execução da despesa em termos absolutos e que faz também como disse há pouco, o ano de 2019 como o melhor ano de sempre, do ponto de vista da execução da despesa.-----

-----Este gráfico representa a evolução das transferências por via do Orçamento de Estado; olhando apenas para este gráfico, fica-se com a percepção que em 2019, finalmente, se terá recuperado aquilo que era a afectação de impostos por via do Orçamento de Estado aos municípios, mas a verdade é que se cruzarmos esta situação que tem aqui um pequeno diferencial inferior a 100 mil euros, com aquilo que foi o aumento da carga fiscal, suportada pelos municípios, e refiro-me àqueles que são os tópicos mais exemplificativos, aquilo que tem a ver com a taxa do IVA que existia em 2010, sobre a electricidade, aquilo que era a taxa do IVA sobre refeições escolares, em 2010, aquilo que era a contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, em 2010, e aquilo que era a contribuição para a Segurança Social em 2010, aquilo que percebemos aqui, com esta representação, é que temos aqui um esforço acrescido em que contribuímos para o sistema previdencial e para o Orçamento de Estado, por via do pagamento de impostos, superior a 450 mil euros, se se mantivessem, e por comparação, aquilo que eram os pressupostos de 2010, do ponto de vista das taxas. Isto significa que, do ponto de vista do saldo, comparando a recuperação por via do Orçamento de Estado e ao mesmo tempo tendo este aspecto em consideração, é que continuamos com um saldo negativo de cerca de 400 mil euros face àquilo que acontecia em 2010; isto não pode deixar de merecer a nossa reflexão.-----

-----Ao nível das transferências de capital, como fica clarificado nos documentos de Prestação de Contas, de facto, houve um volume muito significativo que permitiu um



Assembleia Municipal

bom desempenho do município no ano de 2019; aquilo que é a participação do município ao nível das despesas de capital por via dos impostos do Estado foi um valor pouco superior a um milhão de euros e na realidade, aquilo que constatamos, por esta representação, é que foram as receitas provenientes de outras entidades no âmbito de candidaturas que foram apresentadas, que permitiram que o desempenho do ponto de vista da execução da despesa tenha sido tão relevante quanto aconteceu.-----

-----Permitam-me que destaque as transferências provenientes da Direção Geral das Autarquias Locais, no âmbito da candidatura de Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho, por via da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, estes valores aqui de cerca de 7 mil euros, não é significativo, depois há um valor também de comparticipação das freguesias, nos braços de iluminação pública, que também não tem relevância; onde efectivamente há significado é nas transferências recebidas por via da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e temos aqui as candidaturas mais expressivas, Casa das Colectividades, refiro-me apenas aos valores que foram, no âmbito destas candidaturas, recebidos em 2019, quer a Casa das Colectividades, quer os projectos no âmbito da Comunidade Intermunicipal, a Reabilitação Estrutural e beneficiação da Capela de S. Pedro, a candidatura tinha o nome de Igreja, mas verdadeiramente é Capela de S. Pedro, o valor relativo ao Sistema do Feijoal, nomeadamente com intervenção no Sistema do Reservatório do Bufalhão, a ligação do Sistema de Abastecimento de Água, entre a Cerdeira, Dreia, A de Flores e Benfeita, o Sistema de Águas Residuais de Barril de Alva, a implementação do Sistema de Recolha selectiva de resíduos sólidos, o Sistema de Abastecimento de Águas Residuais de S. Martinho da Cortiça, a Reabilitação da ETAR da Zona Industrial da Relvinha, e a candidatura do Fundo de Solidariedade da União Europeia, relativa à reposição das infra-estruturas e equipamentos municipais afectados pelos incêndios de 15 de Outubro de 2017.-----

-----Permitam-me também que refira aquilo que é a nossa parceria com as Freguesias, que foi consolidada e solidificada no ano de 2019, com o valor substancial que é afectado às Freguesias, de cerca de 1.250.000,00€, que está devidamente estratificado na informação que consta desta apresentação, que assume significado, de facto, a delegação de competências, a afectação do pessoal ou a sua comparticipação e os Contratos Programa para a realização de intervenções, são também um aspecto e uma rubrica expressiva.-----

-----Esta tabela apenas pretende comparar, porque não se aplicam neste momento, limites ao nível da despesa com pessoal, pretende apenas comparar a evolução dos custos com pessoal. Vale a pena referir que há um valor ainda relevante, ainda com materialidade de alteração de 2018 para 2019, esta circunstância deve-se, na sua quase totalidade, àquilo que foi a reposição dos vencimentos na Administração Pública e também ao impacto do regime de regularização dos precários da Administração Pública, que teve impacto, do ponto de vista orçamental, em 2019.-----



Assembleia Municipal

-----Esta tabela calcula o equilíbrio orçamental, aquilo que vemos e que podemos confirmar com este exercício, é que cumprimos aquilo que está fixado no artigo 40º da Lei 63/2013, a Lei das Finanças Locais.-----

-----Esta tabela demonstra a utilização do Fundo Social Municipal, que é um valor autónomo, recebido por via do Orçamento do Estado, no valor de 265 mil euros; aquilo que demonstramos com esta tabela é que ele é integralmente utilizado nas despesas com a Educação e naturalmente que não é suficiente para tudo aquilo que é suportado, quer com Protocolos, quer com o esforço das famílias e também com o esforço do Município.-----

-----Esta é uma tabela que caracteriza a matriz da poupança, basicamente aquilo que podemos deduzir desta tabela é que o município faz uma poupança ao nível corrente e conseguiu transferir e afectar em investimento receita corrente no valor de um bocadinho superior a um milhão e meio de euros; receita que podia ser utilizada em despesa corrente e naturalmente que é sempre mais importante e mais positivo quando essa despesa é de capital, quando tem a ver com as intervenções importantes para mais relevantes para o território. É essa demonstração que fica patente aqui também nesta tabela.-----

-----Esta imagem tem a demonstração do cálculo do saldo de gerência; ao nível das operações orçamentais transitamos com um saldo de gerência de 739.561,32€ de 2019 para 2020, ao nível das operações de tesouraria, o saldo de gerência é de 639.890,13€.-----

-----Este gráfico revela a evolução do endividamento líquido, é um indicador que existiu e que continuamos a utilizar, era um indicador com força legal, actualmente já não tem força legal, mas ainda assim, continuamos a utilizá-lo porque aquilo que podemos aqui constatar facilmente é que o endividamento líquido em 2019, foi o mais baixo de sempre, desde que há registos contabilísticos fiáveis, tendo sido um endividamento líquido negativo.-----

-----Ao nível da dívida orçamental, este é o indicador legal que existe actualmente, também aquilo que aqui podemos constatar é a respectiva evolução, o valor mais reduzido desde que há registos contabilísticos fiáveis no município. Vale a pena também recordar que este valor está influenciado pela dívida à ADSE gerada no período entre 1978 e 2005, que teve que ser reconhecida por via da recomendação do Tribunal de Contas, nas contas do município; veio naturalmente, influenciar aquilo que é a situação actual das contas municipais.-----

-----Ao nível do Balanço e Demonstração de Resultados, apenas os indicadores mais expressivos, um ligeiro aumento no activo líquido em 3,97%, a rubrica de fundos próprios que decresceram 8,83%, o passivo registou um acréscimo de 32%. O resultado líquido foi negativo no valor de 387.089,50€.-----

-----Posto isto, permitam-me então fazer a proposta de aplicação de resultados de transitar de afectar este valor à conta de resultados transitados, passando esta conta a titular um valor negativo de 4.514.966,64€.-----



Assembleia Municipal

-----Eram estas as situações mais relevantes que tinha para referir, apenas mesmo para finalizar, dizer que aquilo que fica demonstrado na contabilidade de custos é o esforço do município ao nível das funções sociais; é com as funções sociais que temos a rubrica mais expressiva do ponto de vista do esforço municipal.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “estava a contar que o Senhor Presidente enquadrasse, no início da sua intervenção, a explicação destas últimas alterações que nos foram solicitadas, para percebermos ou para explicar aos deputados da Assembleia a situação dos documentos da Prestação de Contas que nos foram apresentados e destas actualizações e alterações até ontem; julgo que estas peripécias deviam ter sido explicadas ao conjunto da Assembleia.”-----

-----Relativamente à Prestação de Contas, não tenho questões a colocar ao Senhor Presidente só mesmo apresentar a postura da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, que se compagina com a intervenção e com a posição já demonstrada pelos vereadores na abordagem que fizeram na reunião do executivo.--

-----Queria chamar a atenção para a questão que o Presidente apresentou da maior, o maior valor do Orçamento, de que as taxas de execução também são importantes e julgo até que ao nível da percentagem da taxa de execução, da despesa e da receita e até da execução das GOP, que diminuiu em relação a 2019. Outro factor que nos parece importante referir é o número de alterações, cerca de 32 alterações orçamentais que foram sendo feitas ao longo do ano; houve mais alterações do que reuniões de Câmara, o que me parece também relevante. Na altura da apresentação do Orçamento, chamámos à atenção para a questão do empolamento de certas metas, certos valores e até de algum irrealismo em relação aos valores apresentados, que faz com que as apresentações orçamentais, apesar de serem elementos previsionais, precisam de ser ajustados às circunstâncias ao longo do ano, mas dada a diferença, faz-nos pensar que talvez esse exercício previsional pudesse ter uma ligação mais forte com a realidade e com as reais capacidades de concretização do município. E falta hoje perguntar, em mais uma demonstração do Orçamento e da Gestão, se estamos melhor do que estávamos em 2018 ou em 2019, ou mesmo até, no início deste mandato, em 2017; parece-me que mesmo pondo de parte as circunstâncias especiais do COVID 19, e o que é que isto significa até hoje, 25 de Abril, os dados socioeconómicos que temos em relação ao concelho de Arganil, não indicam isso. Abro aqui um parêntesis, se estamos a investir muito, estamos todos, estamos a fazer um investimento muito forte na Relvinha e esse investimento tem que ser posicionado, tem que haver um posicionamento estratégico da Câmara em relação a esta nova paisagem económica que se nos apresenta. Se já era difícil conseguir ter uma perspectiva de execução e investimento em condições normais, nos próximos tempos ainda vai ser mais complicado conseguir uma capitalização rápida no investimento que estamos a fazer. É só uma chamada de atenção, parece-me que subiu aqui um grau de dificuldade de capitalização, do



Assembleia Municipal

fortíssimo investimento que o município está a fazer na Requalificação da Zona Industrial da Relvinha, o existente, e a Ampliação; a Requalificação é fundamental, porque a nossa atenção neste momento é e fala-se à boca pequena da situação económica, financeira, de tesouraria, de perspectivas, em relação ao tecido económico instalado, e é nesse que nos temos que focar, dar condições para que possam laborar e essa intervenção é importantíssima. Relativamente à procura de novo investimento nos próximos tempos, vamos ter alguma dificuldade e necessitava talvez de maior estratégia. Acho que esta questão é muito importante e estes sucessivos orçamentos têm neste momento evidenciado que o executivo municipal opta, não por uma política estratégica alargada, que possa incluir Turismo, esta questão até da mini-hídrica de que falámos há pouco, de termos um plano estratégico para o Rio Alva, dizendo que esta mini-hídrica não pode ser construída porque temos um projecto para ali, um passadiço, ou a recuperação das galerias ripícolas, ou porque queremos fazer um levantamento patrimonial arqueológico daquela zona, ou seja lá o que for; não, queremos por questões que são válidas, mas que não são específicas. Para aquele troço do Rio Alva simplesmente não existem. Na questão da floresta, está por concretizar o Plano Estratégico que foi apresentado há uns tempos e parece-me que esta concretização do Orçamento tem demonstrado isso; em vez de uma política estratégica, estamos a assistir a uma estratégia política; isto quer dizer que vamos assistir a uma ânsia de concretização e hoje o Senhor Presidente já teve oportunidade de enunciar, na sua intervenção inicial, o conjunto de intervenções que estão em curso neste ano e meio seguinte, e que tentam concretizar esta ideia de estratégia política. Eu diria, num sentido figurado, que o Senhor Presidente está a tentar alcatroar a sua estrada para a reeleição. O que me parece é que o município, os munícipes e as populações exigem mais do que isso. A nossa posição, de ser contra este Orçamento, não tem nada a ver com a veracidade das questões documentais, de ordem técnica; ela reflecte sim a nossa discordância mais sobre a filosofia seguida pelo PSD ao longo deste mandato.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra**, para “agradecer a apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara, que me permitiu fazer alguns ajustes na minha intervenção; a prestação de contas e análise da execução orçamental é do tipo de matérias que dá aso a múltiplas interpretações, dependendo da nossa predisposição para apurarmos defeitos e virtudes do que é feito. Se discordamos por princípio de quem o executa, vamos por princípio discordar do que foi executado. Esta tem sido a realidade até nos orçamentos do nosso País. Mas há coisas que não dão para contrariar.”-----

-----Uma percentagem é sempre uma percentagem e por si só não nos diz grande coisa. Se não vejamos. Se a minha matemática não está errada, e é bom que não esteja, pois está a ouvir-me uma pessoa que foi minha professora de matemática, 100% de 0 é 0, 10% de 100 são 10. O que quero dizer com isto é que tão ou mais



Assembleia Municipal

importante que a análise da percentagem de execução é analisarmos o valor que levámos em orçamento e o valor real executado.-----

-----A realidade é que o que este executivo realizou em 2019 o maior volume de investimento alguma vez realizado neste concelho. Arganil viu no correr do ano transacto um investimento no seu território que ultrapassou os 19 milhões de euros.--

-----Aceito que possa ser dito que a % de execução nos indica o grau de capacidade de cumprir com o plano inicialmente definido, mas parece-me também fundamental dizer, que a construção de um orçamento é acima de tudo o explanar de expectativas, e a nível municipal, muitas dessas expectativas podem facilmente esbarrar na impossibilidade de obter por parte da principal e natural fonte de financiamento dos municípios, o estado central, a necessária e atempada dotação financeira para executar essas expectativas. É também muito importante referir que feliz ou infelizmente não vivemos num mundo fechado onde possamos controlar todas as variáveis. Vivemos num mundo em que há variantes que não controlamos e que nos obrigam frequentemente a ajustar os nossos objectivos. Se dúvidas houvesse, os tempos que vivemos actualmente mostram-nos isso mesmo e da pior forma.-----

-----Li atentamente a declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista na reunião de câmara acerca deste ponto. Traços largos conseguimos perceber que do ponto de vista da nossa oposição, esta prestação de contas revela apenas que o executivo propôs um orçamento empolado, que a baixa percentagem de execução demonstra falta de capacidade de realizar o inicialmente proposto e que os orçamentos do PSD são vazios de um plano estratégico contendo apenas investimentos avulsos. Demonstra ainda como uma das principais preocupações o excessivo endividamento que o Município está a contrair dizendo que isso hipoteca o futuro dos Arganilenses. Vamos por partes;-----

-----No que diz respeito ao orçamento empolado e à baixa taxa de execução, peço-vos que vejamos o seguinte: olhemos mais uma vez para o valor absoluto investido neste território, relembro, o mais elevado valor alguma vez investido no nosso Município (mais de 19 milhões de €) e consideremos uma informação presente no relatório de gestão que poderá ter todo o interesse em ser ofuscada, mas que julgo ser absolutamente relevante que é a taxa de execução orçamental global da despesa na óptica do compromisso, 95,55%. Se não interpretei mal, significa isto que parte muito considerável do que não foi executado em 2019, mas que estava previsto executar, se encontrava em execução à data de 31-12. Acho relevante dizer-se isto, pois parece-me muito diferente não executar ou executar mas por não ter sido concluído e facturado no ano de 2019 ter que transitar em termos contabilísticos para o ano seguinte. Gostaria ainda de convidar todos a analisar o gráfico presente na página 38 do relatório de gestão por nos permite ter uma perspectiva histórica mais abrangente sobre a evolução da despesa paga no período entre 2005-2019. O valor de 2019 quase duplica os valores de alguns dos anos de histórico e podemos ainda constatar que este valor cresce consecutivamente desde



Assembleia Municipal

2013. Esta despesa paga ficou no território de Arganil. Já agora refiro, algo ainda mais evidente na apresentação agora feita pelo Sr. Presidente a nível da despesa e da receita (dados de histórico que não possuía). A perspectiva histórica ainda mais alargada, presente na apresentação que o Sr. Presidente fez há pouco, também nos permite perceber, através dos gráficos do grau de execução orçamental (da receita e da despesa) no período 2002-2019 de forma clara que por comparação os orçamentos empolados ou a falta de capacidade de executar o previsto como afirmado pelo PS, a existir não é um exclusivo dos executivos PSD por estranho que pareça. Aliás, todos os valores a nível da receita e da despesa indicados para o período 2002-2005 são abaixo dos executados este ano. O que consigo ver aqui é apesar de tudo com uma tendência de melhoria. Colega Miguel Pinheiro, deixe-me só dizer-lhe que acabei de escrever isto enquanto o Sr. Presidente fazia a sua apresentação (para que não fiquem dúvidas acerca de qualquer privilégio na distribuição da informação).-----

-----No que diz respeito à falta de plano estratégico para o futuro de Arganil, gostava de deixar algumas questões: Os investimentos recentes realizados na rede escolar, na rede de saneamento, na rede de fornecimentos de águas, na rede viária do nosso concelho e em particular o significativo investimento da zona industrial da relvinha, somados a uma política fiscal das mais atractivas do País se isto não é um plano estratégico claro para a fixação de pessoas em Arganil, o que será? Gostava de perceber o que entende o PS de Arganil por políticas e investimentos essenciais para o Concelho. Era o seu caderno eleitoral assim tão carregado de inovação e tão revelador de investimentos essenciais para o desenvolvimento do concelho? Não tenho bem presente que assim fosse.-----

-----Relativamente ao excessivo endividamento que o Município está a contrair, gostaria de convidar mais uma vez à análise a uma página do relatório de gestão, a página 71. Analisemos a evolução da dívida orçamental de 2005 a 2019. Registamos o valor mais baixo de todos os indicados. Sr. Presidente, tem condições para me validar se é o valor mais baixo de sempre? Pois, também aqui me parece que este não é um argumento real. A gestão da dívida por parte deste executivo tem sido exemplar.-----

-----Ora se em resumo o que podemos constatar é que no ano de 2019 o investimento realizado pelo Município de Arganil foi o mais elevado de sempre e se a dívida orçamental regista o valor mais baixo de sempre (dos dados presentes), pego na última frase da declaração de voto dos vereadores do PS que nos diz passo a citar “pugnando por uma filosofia de governação concelhia, em muitos aspectos, diametralmente oposta à seguida pelo actual executivo de maioria PSD, o Partido Socialista vota contra os documentos de prestação de contas” e questiono o seguinte: Face ao que é factual, o que entendem por uma filosofia de governação concelhia diametralmente oposta? Fazer tudo ao contrário? Significa que gostariam de realizar menos investimento no Município e aumentar de forma descontrolada a dívida? Ou terei eu problemas ao nível da interpretação? Se assim é, não tenho



Assembleia Municipal

dúvidas em afirmar que prefiro os caminhos que Arganil tem seguido nos últimos anos.-----

-----Sr. Presidente permita-me ainda dizer-lhe algo que me parece justo que se lhe diga, a si e aos restantes membros do executivo. Vocês ficarão na memória do concelho por terem tido a responsabilidade de executar dos mais duros mandatos da história deste concelho. Num País a recuperar de uma crise económica, apanham à vossa chegada uma das maiores calamidades de que há memória na nossa região, os incêndios de 2017. Com este difícil processo na fase final são agora colocados à prova com esta pandemia que terá repercussões ainda impossíveis de apurar. A vossa concentração, força e motivação terá que ser agora redobrada para podermos ultrapassar o mais rapidamente possível este enorme problema.-----

-----Foi exemplar a forma como lideraram o duro processo de recuperação dos incêndios e tenho fé que será esse também o desfecho em relação a este processo. Contem com a minha colaboração e com o meu total apoio. Considero que é tempo de criar união e enfrentar conjuntamente os desafios do futuro próximo. Obrigado.”---

-----Teve a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** dizendo que “o executivo que diz que tem contas certas, engana-se no Relatório de Gestão; e há aqui diferenças, nas páginas que nos foram depois chamadas à atenção, com algumas diferenças significativas, por exemplo, na página 75, o resultado líquido negativo, no primeiro documento era de 92.659,74€ mais 949.610,53€, em relação a 2018, e o segundo documento passou para 387. 089,50€, mais 655.180,00€ em relação a 2018. Tirei várias anotações, já tarde, pois já me entregaram o Relatório depois das 20,00 horas, já não houve muito tempo, mas o que eu queria esclarecer, pela justificação que o Senhor Presidente deu no início, é que teria sido o revisor de contas que teria chamado a atenção para os valores atribuídos a algum património; não percebo muito bem porque é que no património adquirido, a diferença, para resumir, é de mais 176.073,00€. A questão que coloco é se é legal a Assembleia Municipal estar a aprovar um Relatório de Contas diferente daquele que o Executivo aprovou. Sei que foi dado conhecimento aos vereadores das alterações, mas os documentos que foram aprovados na reunião da Câmara Municipal são diferentes dos documentos que estamos a aprovar agora, na Assembleia Municipal. a nossa posição já sabem qual é, mas gostava de saber se esta situação é legal ou não.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “naturalmente que o documento que nós viermos a aprovar e que estamos a apreciar nesta reunião da Assembleia Municipal terá necessariamente que ser o documento aprovado na reunião de Câmara; que isto fique claro. A Assembleia Municipal não aprova ou não aprecia um documento diferente daquele que a Câmara aprovou. De facto, o Senhor Presidente terá oportunidade de prestar os esclarecimentos necessários sobre esta matéria, houve um erro que foi detectado e houve um contacto com todos os senhores vereadores do executivo camarário, no



Assembleia Municipal

sentido desse erro poder ser corrigido. Havendo esse assentimento unânime, tanto quanto me transmitiu o Senhor Presidente da Câmara, por parte do executivo camarário, e tendo também sido contactados os líderes das bancadas com assento na Assembleia Municipal, foi entendido que havia condições para poder apreciar este documento com o erro que foi detectado, já expurgado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “quero começar por esta situação, que foi uma situação totalmente inusitada, totalmente inaceitável, e por isso é que determinei que o respectivo responsável por este erro grosseiro tenha falado com cada um dos vereadores previamente a qualquer decisão; esse contacto, pelo técnico que cometeu este erro grosseiro foi feito e, tanto quanto me foi comunicado, houve assentimento no sentido de considerar que os elementos que foram apreciados têm em consideração aquilo que é o documento actualmente, patente mais recente na Assembleia Municipal. Quero deixar isto de uma forma clara. Volto a dizer que aquilo que aconteceu foi e é, a todos os títulos, inaceitável, de um trabalho que tecnicamente, se não foi incompetente, foi irresponsável. Naturalmente que os senhores estão na legitimidade total para tomarem as decisões que muito bem entenderem, tanto quanto me foi transmitido os vereadores tiveram uma posição de assentimento, se quiserem tomar uma posição diferente, são totalmente livres de o fazer, e eu cá estarei também na segunda-feira, para tomar as decisões que se impuserem, de acordo com as decisões que cada um dos senhores deputados tomar relativamente a esta matéria.-----

-----Quanto às justificações, não me vou perder nelas, porque a indicação que dei muito clara, a esse técnico, foi que explicasse a cada um dos interlocutores o que tinha acontecido; essa pessoa é que tinha que se explicar relativamente a algo que eu entendo que não tem muita ou nenhuma explicação.-----

-----Falando das restantes questões que foram colocadas pelo senhor deputado Miguel Pinheiro, em primeiro lugar, quero dizer que estes exercícios, mesmo quando são em termos percentuais, das execuções, são sempre exercícios muito interessantes, eu apresentei as execuções há pouco, andaram nos 70%, vale a pena comparar, vale a pena sempre voltar lá atrás, o senhor deputado deve lembrar-se dos anos 2003, 2004 e 2005, sei que não gosta de ouvir, a memória tem destas coisas, senhor deputado, tem que compreender que é este exercício que me coloca depois na obrigação de fazer, porque estamos a comparar coisas que, claramente, mesmo em termos percentuais, não nos envergonham. Vale a pena fixar naquilo que é relevante e significante; o ano de 2019 foi o melhor ano de sempre do ponto de vista da execução, em termos absolutos; e isso é absolutamente incontestável. Esta elevada execução foi possível de conseguir ao mesmo tempo que se reduziu a dívida do município. Eu aposto, agora não podemos apostar almoços nem jantares, só se for à distância, mas apostava um jantar em como o senhor não consegue encontrar nenhuma situação na história do município, pelo menos na história democrática do município, com paralelo com esta situação, ou pelo menos desde



Assembleia Municipal

que há dados organizados no município, não vou lá muito para trás, porque não vale a pena. Mas desde que há dados minimamente fiáveis, desafio-o a fazer esse exercício e a encontrar algum paralelo e vai chegar à conclusão que não vai encontrar. Vale a pena também reforçar um aspecto que o senhor deputado municipal Christophe Coimbra venceu de uma forma muito clara e que é muito relevante: pese embora a execução, do ponto de vista absoluto, tenha sido excepcional, do ponto de vista percentual tenha sido significativa, vale a pena também e estamos a falar de receita arrecadada e despesa paga, referir aquilo que foi a taxa de execução da despesa do ponto de vista do compromisso, ou seja, isto significa que tivemos uma taxa de compromisso da despesa em 95,55%, que houve muitas, as tais empenhadas de que o senhor deputado falou há pouco, e volta e meia pergunta qual é o ponto de situação, que estão a acontecer agora, os procedimentos foram abertos lá atrás, ainda no ano de 2019. Na altura, das duas uma, ou existia rubrica orçamental, com valor de dotação, ou nem sequer conseguia abrir o procedimento. Não podemos olhar para isto de uma forma muito segmentada nem exagerada porque depois corremos estes riscos de não acertar no alvo, e é o alvo que aqui é relevante.-----

-----Do ponto de vista de um conjunto de abordagens que fez, volto a dizer e isso é algo que me parece indiscutível, que naquilo que tem a ver com a realidade socioeconómica, que Arganil não é um deserto com oásis à volta nem é nenhum oásis com desertos à volta. Vale a pena, quando falamos desta realidade, para fazermos esta análise, atentarmos àquilo que é a realidade nacional e particularmente aquilo que são os 200 municípios, dos 308 do país, que sofrem exactamente o mesmo tipo de problema. O melhor exercício demagógico é os senhores acharem que está tudo mal, nós acharmos que está tudo excelente, e ignorarmos que à nossa volta existe um mundo e o mundo é mais parecido com a nossa realidade do que aquilo que às vezes pretendemos aqui fazer crer.-----

-----Relativamente à questão do investimento da Relvinha, permito-me socorrer-me das suas palavras, das palavras do senhor deputado Miguel Pinheiro que aqui há uns tempos, há muitos meses atrás, se referiu a estes processos dos planos de Pormenor, dos processos expropriativos, das avaliações de impacto ambiental, como sendo um calvário, porque é de facto um calvário; este processo gastou-nos mais de dois anos do nosso trabalho, mais de dois anos de esforço, mais de dois anos de burocracia, mais de dois anos de dinheiro. Aquilo que os senhores agora parece que estão a apontar é: vamos esquecer isto, e vamos voltar à casa de partida. O senhor sabe perfeitamente, é da sua área profissional, que eu não posso pegar num Plano de Pormenor, que está aprovado com determinadas circunstâncias e com determinados pressupostos, não posso pegar num processo expropriativo que confere à entidade pública obrigações e prazos para as concretizações do investimento, e não posso pegar num processo de contratação, num concurso público que já está em Tribunal de Contas, e dizer que vamos fazer isto pela metade, ou vamos fazer por aqui e ali não fazemos. Sabemos perfeitamente que não é assim.



Assembleia Municipal

Estou a falar só de burocracia e volto a dizer que esta burocracia para chegarmos a este ponto, foi um calvário e não estamos disponíveis para pegar no esforço e no dinheiro que se investiu neste processo e deitar fora, não estamos. Até porque depois, há aqui algo que é relevante, nós quando fixamos e o senhor há pouco falava na questão da estratégia, na questão da planificação, quando falamos de uma ampliação da Zona Industrial da Relvinha não estamos a falar no hoje, no presente, estamos a falar no amanhã, no futuro; se queremos invocar as questões da estratégia e a questão da planificação, temos que olhar um bocadinho mais para a frente e perceber que, provavelmente, no futuro, vamos mesmo precisar de ter espaços para acolher empresas, porque algumas, como já aqui foi dito, vão ficar pelo caminho; também sabemos que quando ficam empresas pelo caminho, não é chegar lá e pensar que aquilo que é do município e pegar nas instalações e activar outro investidor, sabemos que isso não é assim. Quero dizer com isto que, mais do que nunca, este processo de investimento de ampliação da Zona Industrial da Relvinha mais do que nunca, se já antes tinha justificação, agora tem ainda mais justificação. Aquilo que quero dizer em relação a isto, é que depois do calvário que tivemos que percorrer, queremos concretizar este investimento, não a pensar no presente mas a pensar no futuro, porque é isso que é também o nosso papel.-----

-----Relativamente às questões da concretização, dá-me muita satisfação e muito gozo as expressões que o senhor aqui utilizou, aliás, aquilo que fica patente pela apresentação que fiz, é que não estamos a falar de coisas avulsas, estamos a falar de um processo planificado e um processo que está a acontecer, porque qualquer coisa que seja avulsa, senhor deputado, sabe perfeitamente que não acontece de uma forma tão sistematizada como a forma como está a acontecer no concelho, neste momento. Já agora, fique só com este registo, tenho a certeza que intelectualmente vai ficar satisfeito, fique com o registo que este mandato de 2017 a 2021, com todas as contingências que já foram aqui lembradas, será o melhor mandato de sempre para o município, do ponto de vista do investimento público; considerando aquilo que é o investimento do município, em 2019, volto a recordar, foi o melhor desempenho de sempre, e acrescentando aquilo que são os restantes investimentos públicos que estão a acontecer no território que do ponto de vista da importância para os cidadãos são incontornáveis e vale a pena relembrar e elencar aquilo que está a acontecer na área do abastecimento de água, na área do saneamento, aquilo que está e vai acontecer também na rede viária, o senhor deputado parece que ficou incomodado com a questão do alcatrão, mas olhe que as pessoas que circulam na 342, entre Arganil e Côja, ainda não estão fartas destas operações de pavimentação, aliás, estão ansiosas para que também àquela via, o alcatrão possa chegar.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, quero agradecer a síntese que fez, muito completa, dos documentos da prestação de contas, penso que também contribuíram para que todos os senhores deputados tenham compreendido aquilo que foi o trabalho do município no ano de 2019.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** dizendo que “quando coloquei a questão legal, é porque normalmente, no final da reunião de Câmara, as actas devem ser aprovadas em minuta para poderem ser presentes à Assembleia Municipal e o que questiono é se isto está correcto, porque o contacto que houve posterior e o conhecimento que foi dado aos vereadores não impede que estejamos a aprovar um documento agora que é diferente do que eles aprovaram na reunião de Câmara; é só por isso que coloquei a questão.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que “o documento que vamos votar, e julgo que há condições para o podermos votar, uma vez que houve esse contacto prévio com todos os senhores vereadores, é o documento que constará como aprovado na reunião de Câmara; o que aconteceu aqui, como o senhor Presidente da Câmara já teve ocasião de explicar, é que foi detectado um erro e pretendeu-se que fosse expurgado, no sentido de podermos fazer a aprovação normal deste Relatório de Prestação de Contas.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** dizendo que “não tem muito a ver com as explicações do Senhor Presidente, isto também são questões políticas, questões mais estratégicas ou menos estratégicas, o deputado Christophe perguntou o que faríamos diferente, teremos oportunidade de dizer o que faríamos diferente na próxima campanha eleitoral, esse é o momento para expor as ideias que temos aos munícipes e aos eleitores; aqui temos que fazer o papel de oposição construtiva e não vamos deixar de o fazer. Achei curioso o senhor deputado dizer que os Orçamentos são sobrevalorizados e não empolgados, não há nada de empolgante nestes Orçamentos, na estratégia, é muito pouco empolgante, até; podia ser mais. Em relação à Relvinha eu não estou a dizer para desistir de tudo, sei bem o que é isso de desistir, parar e voltar para trás; chamei à atenção para reponderar, não estou a dizer que tenho as respostas ou que estou aqui a fazer de advogado do diabo, irritante, a dizer que isto vai correr mal, etc; eu não quero nada que isto corra mal, que fique muito claro que não quero nada que corra mal, mas esta questão do COVID 19, no momento em que acontece, pode ser um problema e estaremos aqui todos para resolver os problemas que aconteçam ou que surjam, ou para dar apoio em situações como a questão da mini-hídrica. Se formos todos envolvidos desde o início, ninguém vira a cara à luta, porque estas questões de pôr o sangue de Arganil acima de tudo tem sentido, e não podem ser palavras ocas.”-----

-----Há só uma questão que gostava de dizer ao Senhor Presidente e ficava mal comigo próprio se não o dissesse: acho que não devia ter exigido ao técnico que contactasse directamente os vereadores e o tivesse exposto assim dessa maneira; não me parece que tenha agido da melhor forma, porque todas as vezes que as contas deram certo e que os elementos apresentados não sofreram esta questão, as falhas acontecem a todos, só não acontecem a quem não trabalha; nessa altura,



Assembleia Municipal

quando tudo corre bem, o Senhor Presidente apresenta-se com a bandeira do rigor e das contas bem apresentadas, e nesta altura exige-se a um chefe de equipa que assuma a responsabilidade do erro; não me parece que tenha ficado bem ter exposto o técnico à situação de ter que ligar ele directamente para os vereadores ou para os chefes de bancada. Essas coisas resolvem-se internamente, já o vi fazer isso noutras circunstâncias, nomeadamente logo no início, quando foi a transição do projecto de reabilitação urbana, julgo que os técnicos têm uma posição muito vulnerável e precisam de ser protegidos porque da mesma forma que este cometeu este erro, houve outros que tiveram que trabalhar para pôr isto em funcionamento. Julgo que teria ficado bem ao Senhor Presidente ter assumido essa situação e não ter exposto o técnico a essa posição.”-----

-----Usou ainda da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “aquilo que já se passou aqui nesta Assembleia Municipal demonstra exactamente o contrário daquilo que o senhor deputado Miguel Pinheiro acabou de dizer; objectivamente, quem falhou é que tem que reconhecer o erro, é assim em qualquer lugar do mundo. Eu tenho as minhas responsabilidades, neste caso há um técnico em concreto que praticou um erro, tem que assumir a responsabilidade e tem que resolver o problema. O senhor deputado Miguel Pinheiro deve ter ouvido a intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, em que a páginas tantas, já são aqui colocadas questões de legalidade, portanto quero ser muito claro em relação a isto, o caminho que determinei foi na minha perspectiva, o correcto e volto a dizer, que se fosse hoje faria exactamente igual como foi feito ontem, sem tirar nem pôr. Reafirmo mais uma vez, o que já se passou nesta Assembleia é suficiente para demonstrar que a decisão foi a correcta.”-----

-----Relativamente à Relvinha, quero reafirmar aquilo que é o nosso entendimento relativamente a este projecto, que é absolutamente determinante e estratégico para o concelho, aliás, dizia há dias o Senhor Primeiro-Ministro e eu nesse aspecto concordo com ele, que o tempo é de andar para a frente, não de ficar parado. Também nestes investimentos que são determinantes para o território, este é o tempo de fazer, não é o tempo de fazer como a avestruz, é o tempo de fazer, de concretizar, e é isso que continuaremos a fazer.”-----

-----Relativamente àquilo que são as opções políticas, aquilo que são as estratégias políticas dos aqui representados, aquilo que me apraz recordar é que estamos aqui todos hoje, dia 25 de Abril de 2020, porque em 2017 cada um dos que aqui estão representou uma estratégia que submeteu à consideração dos arganilenses e a estratégia que foi vencedora, que mereceu o voto de confiança dos arganilenses é representada por nós; naturalmente que não estava à espera que estivéssemos aqui para cumprir aquilo que era a vossa estratégia, que não foi a estratégia que os arganilenses escolheram.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor, 7 votos contra e 4 abstenções, aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativos ao



Assembleia Municipal

período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019, nos termos da alínea i) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

33 - Apreciação e votação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2019.-----

-----Analisada que foi a proposta em apreço, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor e 7 votos contra, aprová-la.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

34 - Apreciação do 19.º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro (prestação de contas de 2019).-----

-----Presente um exemplar do 19º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

35 - Apreciação e votação da proposta de Revisão Orçamental nº 2/2020.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/68, datada de 13/04/2020, da técnica superior Joana Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e cuja cópia se anexa à acta.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que “esta revisão orçamental concretiza a afectação e o reconhecimento do saldo de gerência, o valor que apresentei há pouco, e que reforça as rubricas do Orçamento, nos termos que estão na informação técnica.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor e 7 abstenções, aprovar a Revisão Orçamental nº 2/2020.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

36 – Para conhecimento - Proposta de redução excepcional das Tarifas inerentes à prestação do serviço de abastecimento de água, de recolha de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que “esta situação consubstancia esta constatação, que os consumos das famílias aumentaram por estes tempos; é o



Assembleia Municipal

contributo do município para tentar, particularmente junto das famílias, minimizar o impacto desta circunstância que estamos a viver.”-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

37 – Para conhecimento – Certificação Legal das Contas – Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras (BDO).-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

38 – Para conhecimento - Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Fevereiro de 2020 e 31 de Março de 2020, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/125, datada de 14/04/2020, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

39 – Para conhecimento - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2020 a 31/03/2020, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram catorze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----